



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2014

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a assembleia municipal de Vila Nova de Cerveira, em sessão ordinária, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

1. Período de “antes da ordem do dia”; -----
2. Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Cerveira; -----
3. Eleição de 3 (três) membros da assembleia municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude, sendo um membro de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na AM, conforme o estipulado na alínea b) do art.º 4.º da Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro; -----
4. Eleição de um presidente de junta de freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de V.N. Cerveira, conforme estipulado no art.º 5.º do Dec. Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro; -----
5. Proposta -Taxa de IMI para 2015; -----
6. Fixação de Taxas – Licenciamento Zero; -----
7. Primeira correção do PDM de Vila Nova de Cerveira;-----
8. Acácio Rocha Parente – Proposta de compra de terreno; -----
9. Comissão de Trabalho (Orçamento Participativo; Bienal e FGM) - Apresentação do trabalho realizado. -----

Foi entregue ao presidente da mesa, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 11º do regimento deste órgão, a comunicação datada do dia 1 de setembro de 2014 de **renúncia** ao mandato (**Anexo 1**), da deputada da bancada do Partido Socialista, Sra. **Anabela Lages de Oliveira Quintas**, pelo que foi convocado para a sua **substituição** o elemento seguinte da lista Sra. **Sílvia Lopes Ribeiro**. -----

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 10º do mesmo regimento, foi transmitida ao presidente da mesa a impossibilidade de presença nesta sessão e o respectivo pedido de substituição da Sra. deputada **Cristina Sofia Martins** da bancada do Pensar Cerveira (**Anexo 2**), que foi **substituída** pelo Sr. **Vitor Manuel da Silva Alves**. -----

Efectuada a chamada, verificou-se a existência de **quórum** com a presença da totalidade dos 26 membros da assembleia. -----

Foi considerada **injustificada a falta** à sessão de 14 de junho de 2014 do Sr. **José Miguel Rodrigues**



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pereira, representante da união de freguesias de Candemil e Gondar, por não ter apresentado qualquer documento justificativo dentro do prazo legal.-----

A **câmara municipal** fez-se representar pelo presidente Sr. Fernando Nogueira, tendo ainda assistido à sessão o vereador Sr. Vitor Costa. -----

Foi presente à mesa o ofício da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, dando conhecimento que na sequência da renúncia da Sra. Anabela Quintas, passa a desempenhar a função de liderança da bancada o Sr. Manuel de Araújo Soares, ficando como suplente o Sr. Fernando José Rodrigues Pires Venade (**Anexo 3**). -----

Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

PONTO UM da ordem de trabalhos: “**período de Antes da Ordem do Dia**”-----

----- **a) Leitura e aprovação das atas anteriores, leitura resumida de expediente, e prestação de informações e esclarecimentos.** -----

Foi submetida à apreciação e votação a ata da sessão de 14 de junho de 2014, tendo sido **aprovada por maioria** com 4 abstenções dos Srs. Armando Paço, José Miguel Pereira, Sílvia Ribeiro e Victor Alves, por não terem estado presentes na sessão. -----

Foi distribuída a listagem da correspondência recebida e expedida (**Anexo 4**), que ficou à disposição dos membros da assembleia para consulta. -----

Foi igualmente colocada à disposição da assembleia, a informação sobre a listagem de processos judiciais pendentes em 22/09/2014 e sobre o estado atual dos mesmos (**Anexo 5**), a “Informação municipal da dívida a fornecedores e empreiteiros no montante de 691.197,94€” e o “Resumo Diário da Tesouraria” n.º188 datado de 25/09/2014 (**Anexo 6**), bem como a “Informação da Atividade Municipal” nos últimos meses (**Anexo 7**). -----

----- **b) Votos de Louvor, Congratulações, Saudações e Votos de Pesar.**-----

Neste ponto inscreveram-se e usaram da palavra os deputados:-----

Bessa Marinho – Em nome da bancada do Partido Socialista e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 8**), proferiu um **Voto de Pesar** pelo falecimento de Joaquim Cândido Leite Moreira, autarca e presidente da Associação Nacional de Freguesias. -----

Lídia Portela – Em nome da bancada dos Independentes e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 9**), proferiu um **Voto de Louvor** por aqueles que levam além-fronteiras o nome de Cerveira. Quer pelo trabalho árduo e dedicação diária ao desporto, quer pela competição e vontade de vencer, enaltecendo com elevado orgulho os nomes destes que tanto nos envaidecem. São exemplo a atleta da Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Lovelhe (ADRCL) Ana Fernandes, que se classificou em segundo lugar na final B do lançamento de Martelo, nos Jogos Olímpicos da Juventude NANJING 2014



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na CHINA; os atletas, Cláudia Figueiredo, David Cerqueira, Nuno Ferreira, André Marques, João Carvalho, Ruben Paulo, Nuno Gonçalves, Samuel Pinto, Francisco Machado, Bruno Correia e os timoneiros Rafael Carvalho e Raquel Oliveira da Associação Desportiva e Cultural da Juventude de Cerveira que se sagraram campeões nacionais em diversas categorias de Remo, e por fim pela dedicação, espírito de aventura, criatividade, imaginação e amizade, que demonstraram quando trouxeram o primeiro prémio para a nossa terra, no Redbull flugtag a equipa **Cerveira Barril Team** constituída pelo Eduardo Vaz, Paulo Pontes, Pierre da Silva e André Santos. Sendo estes apenas os nomes do quarteto que esteve na plataforma. -----

Carla Segadães - Em nome da bancada do Partido Socialista e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 10**), proferiu um **Voto de Louvor** ao Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira pela recente distinção por parte do Ministério da Educação e Ciência, que pelo segundo ano consecutivo distinguiu-o com o prémio de crédito horário. Resultado do trabalho desempenhado pela direção bem como por toda a comunidade educativa que ao longo dos últimos anos trabalhou em prol do sucesso educativo dos alunos, fazendo votos de continuação de um bom trabalho e excelentes resultados educativos para o futuro. -----

Joaquim Barroso – Em nome da bancada do Partido Socialista e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 11**), proferiu um **Voto de Louvor** à investigadora Olga Afonso natural e residente no nosso concelho e extensível a todos os Cerveirenses que dedicam a sua vida à investigação e à Ciência. -----

Victor Alves - Em nome da bancada dos Independentes associou-se ao Voto de Louvor do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira. -----

Ana Montenegro – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 12**) e em nome da bancada dos Independentes proferiu um **Voto de Congratulação** às voluntárias do Banco Local de Voluntariado de Vila Nova de Cerveira, pelas horas de trabalho, dedicação e empenho nas diversas atividades realizadas no concelho. -----

Terminadas as intervenções, o presidente da Assembleia deu conhecimento que deu entrada na mesa, por parte da bancada dos independentes, um **Voto de Louvor** à investigadora cerveirense Olga Afonso, que fica apenso a esta ata como anexo (**Anexo 13**), e cuja leitura é dispensada uma vez que a intenção de reconhecimento do mérito e o seu conteúdo são idênticos ao voto que já foi proferido pelo deputado Joaquim Barroso. -----

Atendendo ao elevado número de votos apresentados e acolhendo a sugestão do Sr. Rui Esteves – presidente da junta de freguesia de Covas, o **presidente da assembleia** colocou à votação a **admissão conjunta dos cinco votos**, que foram admitidos por unanimidade. -----

Submetidos à votação, foram os cinco votos **aprovados por unanimidade**. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- c) Intervenções políticas e interpelações ao Presidente da Câmara Municipal. -----

Neste ponto inscreveram-se e usaram da palavra os deputados: -----

Ana Cristina – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 14**) e em nome da bancada dos Independentes proferiu uma intervenção política elogiando a autarquia pelas excelentes iniciativas integradas no Programa de animação de verão, realçando a “BIA – Artes e Ofícios Tradicionais”, o “Croché sai à Rua”, “Noites de Fado”, “Cerveira Acústica”, “Festa da História” e as Festas Concelhias. -----

Mário Afonso – Referindo-se às intervenções proferidas sobre a sua filha Olga Afonso, manifestou o seu contentamento pelo Voto de Louvor atribuído, agradecendo-o, desde já, em seu nome pessoal e também em nome da contemplada. Seguidamente e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 15**), proferiu uma intervenção sobre o I Simpósio Internacional de Escultura do Minho, que decorreu até 28 de setembro. Vila Nova de Cerveira e Tominho interagiram durante os 17 dias do evento, dando corpo ao Pacto da Amizade consubstanciado no pretérito dia 11 de junho, constatando-se uma simbiose perfeita entre Vila Nova de Cerveira “Vila das Artes” e Tominho “Terra de Artistas”. -----

Pedro Soares – Felicitou a junta de freguesia de Loivo pela concretização do protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira, para a criação, em parceria, de um “Centro de Dia” naquela freguesia. Seguidamente teceu algumas considerações sobre as injúrias a seu respeito divulgadas no *site* do Partido Socialista, designadamente sobre a posição por ele assumida, enquanto presidente de Junta de Freguesia de Sopo, no processo de agregação de freguesias. Disse que, *“ao contrário do que o acusam, nunca defendeu a extinção de freguesias. Coisa bem diferente foi a posição construtiva que apresentou. É que perante o cenário inevitável de agregação não valia a pena meter a cabeça na areia como faz a avestruz e deixar os decisores de Lisboa escolher. Por isso, sempre defendeu que o Partido Socialista local deveria estar disponível a estudar e implementar uma solução adaptada à realidade concelhia, que poderia passar por criar diferentes níveis de agregação entre as freguesias urbanas e as rurais em função das suas características e do grau de necessidades das suas respetivas populações. Porém, agora fica curioso e o PS local fica num dilema, porque o candidato a primeiro-ministro que se perfila por esse partido, mais do que defender que o PS não se deveria ter auto excluído do processo da reforma administrativa, até já foi mais longe e foi o responsável pela concretização de uma reforma de agregação de freguesias na área de Lisboa e, pelos vistos, com resultados satisfatórios para todas as partes envolvidas. É caso para dizer e agora! Qual é a vossa posição? Também vão acusar o vosso mais do que provável candidato a primeiro-ministro de ter extinguido freguesias?”* -----

Carla Amorim – Em nome da bancada do Partido Socialista e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 16**), abordou o tema da “Segurança Rodoviária”, questionando o executivo se já deram



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento às autoridades competentes e se já, qual a resposta, sobre a rotunda do “Pingo Doce”, em Gondarém, se encontrar sem iluminação e também sobre o semáforo colocado junto ao Bairro da Calçada, se encontrar com o sinal luminoso superior com uma lâmpada fundida e o lateral não ser visível, o que põe em causa a segurança dos peões, evitando assim possíveis atropelamentos, que ainda não perceberam como não ocorreram. -----

Manuel Soares – Em nome da bancada do partido socialista e através da leitura dos documentos anexos (**Anexos 17 e 18**), proferiu duas intervenções. A primeira relacionada com a “*Vespa Velutina em Portugal*”, questionando o executivo sobre a ação do município nesta matéria, visto que é da responsabilidade das Câmaras Municipais, através da Proteção Civil, a sua monitorização e erradicação de ninhos. Questionou ainda se o ninho detetado em Sapardos (do qual anexou duas fotos), já foi destruído. A segunda intervenção baseou-se nos “*Incêndios Florestais de Verão 2014*”, referindo “*o certo é que o verão não existiu e as condições meteorológicas anómalas para a época registadas, foram exclusivamente responsáveis pela redução ou ausência de incêndios, (ainda bem para todos nós)*”, no entanto alertou a autarquia para o trabalho que ainda está por concluir, que passará por continuar a fazer mais prevenção estrutural, manutenção e beneficiação da rede viária florestal, manutenção de pontos de água, faixas de combustíveis. -----

Aristides Martins – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 19**), proferiu uma intervenção de carácter político, fazendo o balanço do primeiro ano de responsabilidade no movimento Independente Pensar Cerveira na gestão do Município de Cerveira, formulando votos que a responsabilidade, o rigor e a transparência evidenciadas neste primeiro ano sejam premonitórios da concretização da sua missão de melhorar as vidas dos cerveirenses. -----

João Caldas – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 20**), manifestou a sua preocupação pela falta de segurança oferecida em algumas vias de comunicação do interior do nosso concelho, principalmente no Verão, quer para o trânsito pedonal quer para o trânsito automóvel. Outra preocupação manifestada é a quantidade de cães abandonados que vagueiam por essas freguesias, principalmente em época de caça. Por último também expressou a sua apreensão pelos diversos ataques aos rebanhos, embora lhes tivessem comunicado, pelo resultado das análises, que não tinha sido ataque de lobo, discorda totalmente, pois existem testemunhas oculares que dizem ter visto um animal de grande porte, que de cão, nada tinha, e na freguesia de Gondar, há quem afirme ter visto o lobo. Há que tomar medidas urgentes para resolver estes problemas, pois a população não pode ser ainda mais castigada com estes ataques que lhes dizimam os seus animais, colocando até a hipótese de abandonar a actividade pastorícia. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel Esteves – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 21**), realçou a importância de dois pontos da ordem de trabalhos desta sessão da assembleia municipal, nos quais teve a oportunidade de dar o seu contributo. São eles a “Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Cerveira” e Comissão de Trabalho (Orçamento Participativo; Bienal e FGM) - apresentação do trabalho realizado, porque são direcionados essencialmente aos jovens. -----

Joaquim Barroso – Referindo-se à intervenção do Sr. João Caldas, lembrou que o Lobo Ibérico está em vias de extinção, portanto é importante protegê-lo e não abate-lo. Seguidamente em nome da bancada do Partido Socialista e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 22**), proferiu uma intervenção sobre a animação de verão do concelho, que *“embora se tenha definido pela quantidade de acontecimentos, não se vinculou a uma intensa procura do concelho que era caracterizadora do mesmo, distinguindo-se a sua animação no período estival dos concelhos limítrofes. A esta distinção não correspondeu uma afluência do público. As noites de verão, de grande afluência no centro da vila, deixaram este ano a desejar. Esperam que o executivo municipal já no próximo verão efetue uma forte aposta na oferta cultural.”* -----

Pedro Soares – Disse ter ficado estupefacto com a intervenção do Sr. Joaquim Barroso, lembrando que além das novidades, de um modo geral os eventos de maior sucesso dos anos anteriores não só se mantiveram como ainda foram reforçados, como por exemplo a Festa da História que nesta edição teve mais um dia de programação. Então, é caso para se interrogar que quando se tratava do executivo anterior atraía gente para o concelho e agora não atrai? -----

Joaquim Barroso – pediu novamente a palavra referindo que na sua intervenção chama a atenção para o decréscimo do número de pessoas na rua durante o verão ao invés dos concelhos limítrofes e não para o número de eventos organizados, e que a mesma foi sentida pelos comerciantes. Sendo que os deputados do Partido Socialista estão na rua e falam com as pessoas, onde foram ouvidas estas queixas.

Fernando Venade – Questionou o executivo sobre diversos assuntos, nomeadamente o encerramento ou não da Piscina Municipal para obras, e se há financiamento, as más condições do piso nas rotundas de acesso à zona Industrial, Placards identificativos das empresas da Zona Industrial, a situação do Castelo, se é verdade que a Quinta do Forte de Lovelhe vai passar para o Município e o campo de futebol de Campos. -----

Rui Esteves – Iniciou a sua intervenção dizendo que acha muito bonito a conversa politicamente correta de preservar a natureza e os animais, mas chamou a atenção para o perigo que isso pode representar quando não são acauteladas as condições de segurança das pessoas e bens, dando como exemplo que *“hoje às 17h30 passaram 12 cães (1 preto + 11 amarelos), em frente da sede da junta de freguesia de*



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Covas! E os lobos soltem-nos onde quiserem e deem-lhes de comer, pois as ovelhas de Covas não são repasto para os lobos!" -----

Seguidamente disse ter ficado surpreendido com mais uma baixa na bancada do Partido Socialista, principalmente da líder da bancada a Dr^a Anabela Quintas. Acrescentou que ao longo dos muitos anos de convivência política que puderam partilhar, sempre reconheceu à Dr^a Anabela Quintas uma forte dose de coragem para enfrentar as adversidades e uma atitude intransigente na defesa aguerrida das suas convicções, como foi no caso em que votou isoladamente contra a deliberação maioritária da assembleia municipal de ceder as antigas instalações dos Bombeiros Voluntários. Assim, lamenta esta perda e deseja melhor sorte ao Sr. Manuel Soares como líder da bancada. -----

Terminado o período das intervenções políticas, foi dada a palavra ao senhor **presidente da câmara municipal**, que prestou as informações relevantes sobre todas as questões de diversa natureza que lhe foram colocadas no âmbito das intervenções precedentes. -----

Em primeiro lugar, quis associar-se aos votos aprovados. Seguidamente e pela ordem das intervenções, dizer ao Sr. Mário Afonso que, a parceria entre Cerveira e Tominho já vem de algum tempo atrás. Este Simpósio é fruto do reforço do relacionamento dos dois concelhos, impulsionado pela Carta da Amizade, e vai enriquecer o espólio Cerveirense com mais três novas esculturas públicas. -----

Sobre a intervenção do Sr. Pedro Soares, esclareceu que no âmbito da preocupação com a recuperação do património construído é intensão da autarquia não deixar ao abandono os edifícios vagos, pelo que neste caso cedeu as instalações à Santa Casa da Misericórdia para em parceria com a Junta de Freguesia criar o Centro de Dia em Loivo. -----

Referindo-se à intervenção da Sr^a Carla Amorim, associa-se ao que a deputada disse sobre o mau estado da Estrada Nacional 13 e com muitos problemas de falta de sinalização e de manutenção. Do mesmo a autarquia já apelou ao bom senso das Estradas de Portugal, que tem agora o centro de decisão em Almada e Trás-os-Montes, dificultando assim a resolução destes problemas. A autarquia pouco mais pode fazer senão reclamar por soluções, uma vez que não tem competência para atuar nesse domínio. --

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Manuel Soares, sobre a Vespa Asiática, trata-se de uma calamidade que tem assolado o país. A responsabilidade pertence ao Ministério da Agricultura e só muito recentemente foi passada para os municípios, que deverão colaborar com todas as partes interessadas, entre elas as juntas de freguesia e as associações de apicultores para erradicar os ninhos quando detetados. Acrescentou ainda que já foram assinalados no concelho diversos ninhos, sendo que a sua erradicação será levada a cabo nos finais deste mês, início do próximo, por ser a melhor altura. Quanto à questão levantada sobre os incêndios, assumiu que o S. Pedro foi sem dúvida o maior aliado. -----

De seguida agradeceu as palavras simpáticas do Sr. Aristides Martins. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acerca da intervenção do Sr. João Caldas informou que a autarquia tem investido em iluminação e criação de lombas nas estradas locais, de forma a criar melhores condições de segurança. Quanto à questão dos cães vadios, é necessário apanhá-los, com a ajuda da população e também do veterinário municipal, para os encaminharem para o canil de Ponte de Lima. -----

Agradeceu a intervenção do presidente da junta de freguesia de Sapardos, revelando interesse dos assuntos em discussão. -----

Dirigindo-se ao Sr. Joaquim Barroso, dizer-lhe que o Lobo Ibérico está em extinção, há que protegê-lo, mas também temos que defender as nossas populações. Quanto à questão da animação de verão, discorda totalmente do que foi dito, pois também falou com os comerciantes e com a população e o *feedback* que lhe foi transmitido foi muito positivo. -----

Por último respondeu ao Sr. Fernando Venade que atendendo ao seu estado de degradação a Piscina Municipal irá brevemente encerrar para obras, estão à espera de saber se será comparticipada ou não, pois a resposta ainda não veio, mas estão convictos que sim, pois a nível de classificação preliminar ficou muito bem posicionada. Também informou que, como é do conhecimento geral, foi colocado recentemente pela autarquia, no Estádio Municipal Rafael Pedreira, o novo piso sintético pois o anterior, em face do seu estado de degradação, já não possuía condições aceitáveis de utilização. Foi um investimento bastante elevado mas necessário, pois o Clube Desportivo de Cerveira treina semanalmente cerca de três centenas de atletas, essencialmente crianças e jovens do nosso concelho. Relativamente ao empreendimento desportivo projectado para Campos, que considerou igualmente essencial, a autarquia está a aguardar a aprovação da candidatura apresentada para esse efeito. Quanto ao Castelo, respondeu que como se sabe é uma história antiga, a autarquia tem vindo a insistir junto das entidades competentes, mas não obtém respostas satisfatórias e definitivas. Sobre a Quinta do Forte de Lovelhe é verdade que a autarquia foi abordada, no entanto está a avaliar a situação. -----

Às 23h15, ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 35.º do Regimento, o **presidente da mesa** solicitou autorização para continuar a sessão depois das 24h00, que foi concedida por unanimidade. -----

PONTO DOIS da ordem de trabalhos “**Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Cerveira**”-----

O **presidente da câmara municipal** apresentou o regulamento em apreço (**Anexo 23**), que foi aprovado na reunião de 27 de agosto último. Esclareceu que o Conselho Municipal de Juventude de Cerveira é um órgão consultivo da câmara municipal, que tem como intuito dar um papel mais ativo às camadas jovens, para uma efetiva participação dos mesmos na gestão das políticas para a juventude, dando a conhecer as aspirações dos jovens do concelho e ficando a autarquia mais habilitada a responder aos anseios desta camada da população. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Joaquim Barroso – em nome da bancada do Partido Socialista e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 24**), comunicou que a bancada votará favoravelmente este regulamento. No entanto, não pode deixar de lamentar a escassez ou mesmo a inexistência dos jovens nas reuniões preparatórias para a criação deste projecto, bem como o facto das Juventudes Partidárias não terem sido auscultadas. -----

Pedro Soares – Afirmou que após ter assistido a sucessivas promessas, adiamentos e esquecimentos durante muitos anos, este é um momento histórico. Assim, é com enorme alegria e satisfação que vê finalmente a criação do Conselho Municipal da Juventude de Cerveira, tendo ressalvado que o mesmo concretiza uma ambição antiga que finalmente viu a luz do dia. Não poderia deixar de felicitar a Sra. Vereadora Aurora Viães, que em menos de um ano de mandato, conseguiu a realização deste feito. --- Por último expressou que deseja que este órgão venha a tempo de fazer sentido e isso só depende da dinâmica que se imprima à sua concretização e ao interesse e grau de envolvimento dos interessados. --- Não se tendo verificado mais intervenções, foi o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Cerveira submetido à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

PONTO TRÊS da ordem de trabalhos “**Eleição de 3 (três) membros da assembleia municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude, sendo um membro de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na AM, conforme o estipulado na alínea b) do artº4.º da Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro**”-----

O presidente da assembleia informou que para esta eleição foi apresentada uma proposta conjunta (**Anexo 25**) indicando os seguintes membros: Manuel Pedro Cerqueira Soares - do Movimento Independente Pensar Cerveira – PenCe, Joaquim do Nascimento Gomes Barroso - do Partido Socialista e Cláudia Maria Pinto Ferreira – do Partido Social Democrata. -----

Visto que para esta eleição foi apresentada uma única lista de consenso que integra todas as forças representadas nesta assembleia municipal, o presidente da assembleia solicitou autorização para que a lista fosse submetida à votação nominal, tendo sido concedida a respectiva autorização por unanimidade. Após ter sido submetida à votação, a proposta conjunta foi aprovada por unanimidade tendo sido eleitos os Srs. **Manuel Pedro Cerqueira Soares, Joaquim do Nascimento Gomes Barroso e Cláudia Maria Pinto Ferreira**. -----

PONTO QUATRO da ordem de trabalhos “**Eleição de um presidente de junta de freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de V.N. Cerveira, conforme estipulado no art.º 5.º do Dec.-Lei 7/2003 de 15 de janeiro**” -----

O presidente da assembleia informou que para esta eleição foram entregues à mesa duas candidaturas. Uma da bancada do Pensar Cerveira, propondo a Sra. Ana Maria da Cunha Montenegro – Presidente da Junta de Freguesia de Loivo – designada por Lista A (**Anexo 26**) e outra da bancada do Partido



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Socialista, propondo o Sr. Rui Manuel de Sousa Esteves – Presidente da Junta de Freguesia de Covas – designada por Lista B (**Anexo 27**). -----

Seguidamente o Sr. Rui Esteves interrompeu a Mesa, manifestando-se desagradado pelo facto do seu nome constar numa das listas candidatas sem previamente ter sido consultado para conferir a sua disponibilidade e aceitação para tal nomeação. Porque foi apanhado de surpresa e em forma de protesto pela forma abusiva como o seu nome foi exposto, solicitou a renúncia da sua designação na candidatura apresentada pela bancada do Partido Socialista e em continuação ausentou-se do plenário. -----

Posto isto, verificou-se existir apenas a Lista A, tendo-se procedido de imediato à votação (por voto secreto), tendo obtido 15 votos a favor e 10 votos em branco. -----

Deste modo foi eleita para integrar a Conselho Municipal de Educação de Vila Nova de Cerveira, a Sra. **Ana Maria da Cunha Montenegro** – Presidente da Junta de Freguesia de Loivo. -----

PONTO CINCO da ordem de trabalhos “**Proposta -Taxa de IMI para 2015**” -----

O presidente da câmara apresentou a proposta aprovada por unanimidade na reunião de câmara do passado dia 13 de agosto (**Anexo 28**), mantendo-se para 2015 a política de não onerar de forma excessiva as famílias e as empresas e incentivar a sua permanência e fixação na área do concelho. Por outro lado, pretende-se promover e dar continuidade a um esforço de recuperação de prédios urbanos que se encontram em situação de manifesta degradação. Assim, propõe que a assembleia municipal aprove, nos termos da lei, a fixação das taxas de IMI, do seguinte modo: -----

- Taxa da alínea c) do n.º 1 do artigo 112º – Prédios urbanos – 0,3 %; -----
- Que nos termos previstos no n.º 8 do art.º 112º do CIMI (DL n.º 287/2003, de 12 de novembro), se fixe em 30% o índice de majoração a aplicar à taxa de IMI de todos os prédios urbanos considerados degradados nos termos no referido código. -----

Fernando Venade – Esclareceu que os elementos da bancada do Partido Socialista congratulam-se com a posição da câmara municipal e vão votar favoravelmente. No entanto, gostariam de ouvir a opinião de quem em anteriores votações desta questão levantaram a voz em defesa da necessidade de ter em consideração os custos da interioridade. -----

Vitor Silva – Começou a sua intervenção destacando que “*nos tempos que correm, caracterizados pelo descredito e desconfiança em relação à generalidade dos políticos, se há algo que deve fazer quem procura inverter esta ideia é a concretização dos compromissos eleitorais assumidos. Neste sentido, saúdo a proposta apresentada pela câmara municipal da manutenção da taxa mínima de IMI, o que equivale a dizer que o município de Vila Nova de Cerveira tem uma efectiva política fiscal amiga dos cidadãos. O IMI é um imposto muito significativo nas contas da autarquia. Segundo os dados previsionais conhecidos para o ano de 2014 representará certa de 1 milhão e cem mil euros de receita, quando em*



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

2010 representava pouco mais do que 600 mil euros. Ou seja, em 5 anos a receita quase duplicou. Mas mais do que uma taxa, o IMI também deve ser um instrumento de ordenamento do território e de justiça social e nesse sentido o programa eleitoral do PenCe contempla uma proposta de diferenciação da taxa de IMI, em função de factores de interioridade ou baixa densidade populacional. Mas uma gestão rigorosa das finanças locais exige que as decisões sejam tomadas conhecendo todas as variáveis em ponderação. Acontece que é no ano de 2015 que se farão sentir os exactos efeitos fiscais da avaliação geral das propriedades (casas) imposta pela Troika em 2011, nomeadamente pelo fim em 2014 do regime de amortecimento do agravamento fiscal (cláusula de salvaguarda) provocado pelo aumento de valor dos imóveis e das taxas. Deste modo, em rigor, só no final desse ano estaremos em condições de conhecer na plenitude quanto realmente paga de IMI cada freguesia". Na sua opinião, "só conhecendo estes valores, pendentes do pagamento da última prestação de novembro, poderemos quantificar com precisão os efeitos nas finanças municipais e nos bolsos dos cidadãos de uma eventual descida da taxa de IMI nas freguesias mais críticas. É esse o compromisso que face das circunstâncias já referidas, em consciência e critério só poderá ser feito para o próximo ano". -----

Aproveitou ainda a oportunidade para manifestar o seu desagrado por algumas expressões que apelidou de menos felizes e atitudes impróprias da bancada do Partido Socialista. Na sua opinião, "volvido um ano desde as últimas eleições autárquicas, parece que a oposição ainda não percebeu que o seu projecto político não mereceu a confiança dos Cerveirenses, e que terão de experimentar uma travessia no deserto que, de modo algum, justifica as posições radicais e de mau gosto que têm evidenciado. Assim, não bastava já 4 elementos da lista do PS terem renunciado ao mandato de deputados municipais sem qualquer explicação pública; não bastava a dúvida funesta de dizerem que não percebem como ainda não ocorreram os acidentes devido ao semáforo do Bairro da Calçada; não bastava dizerem também que as condições climáticas foram exclusivamente, repito, exclusivamente, as responsáveis pela redução ou ausência de incêndios, insinuando deste modo que de futuro o dispositivo de combate a incêndios, incluindo os bombeiros, é dispensável e só teremos de prestar atenção aos caprichos de S. Pedro; não bastava ainda dizerem que este Verão o concelho perdeu o grande movimento de anos anterior sem qualquer prova além de eventuais fotografias (arte que estão especializados) e tacómetros imaginários; não bastava tudo isto para revelar o vosso péssimo sentido de responsabilidade municipal para terem ainda necessidade de hoje apresentar uma lista para a eleição do representante no Conselho Municipal de Educação sem terem acautelado o respectivo e elementar termo de aceitação de candidatura da pessoa visada. Certamente um feito inédito nesta assembleia. Por tudo isto a bancada do PS está a fazer história, mas creio que não é pelos melhores motivos." Terminou a sua intervenção dizendo que "em face destas circunstâncias formula o desejo que reflectam sobre o vosso comportamento, porque



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

independentemente de serem oposição, a tradição desta casa é que estamos todos aqui para construtivamente contribuir para o desenvolvimento de Cerveira". -----

Manuel Soares – Contestou a intervenção do Sr. Vitor Silva, destacando ter feito “uma interpretação desacertada e abusiva à minha intervenção, nomeadamente à questão sobre os incêndios. -----

Eu pessoalmente e a bancada do Partido Socialista, não temos nada contra os bombeiros, pelo contrário, é uma instituição que temos muito apreço, respeito e consideração. O que eu disse e repito Sr. Presidente, foi que o Verão não existiu e as condições meteorológicas anómalas para a época registadas, foram exclusivamente responsáveis pela redução ou ausência de incêndios, (ainda bem para todo nós). Foi só isto que eu disse. Não depreenda das minhas palavras o que eu não disse. Como deveria saber Sr. Presidente, oficialmente os bombeiros de 1 de julho a 30 de setembro de 2014, ou seja durante o período crítico, só tiveram apenas um registo de saída para incêndios, que por sinal, o alarme dado veio a comprovar-se como sendo falso. Também informo, que nunca disse que “de futuro o dispositivo de combate a incêndios, incluindo bombeiros, é dispensável e só teremos de prestar atenção aos caprichos do S. Pedro”. Essa é mais uma vez uma interpretação sua e censurável às minhas palavras.” -----

Vitor Silva – Clarificou que «não fui eu que inventei a utilização da palavra “exclusivamente” para assim atribuir às condições climáticas a única justificação para a inexistência de incêndios. Assim, considero que o clima é um fator determinante na ausência de incêndios, mas recuso-me a considera-lo como a única causa como o uso da palavra “exclusivamente” faz crer, até porque há outros fatores críticos como por exemplo a mão criminosa, que também é uma variável significativa a considerar na ocorrência de incêndios. Parece-me, pois, que com a atribuição dessa exclusividade climática se estava a desvalorizar o trabalho de vigilância, dissuasão, prevenção e todo o dispositivo preparado para enfrentar os incêndios. Concordo que o clima deste verão foi atípico e que felizmente a intervenção dos bombeiros no campo de operações foi limitada. Mas os bombeiros estão sempre em alerta e merecem mais o nosso destaque pela positiva do que as oscilações das condições meteorológicas, em todo o caso fica registada a importância que lhes atribuem.» -----

Fernando Venade – Esclareceu que as suas palavras não eram dirigidas ao presidente da assembleia municipal e que a interpretação que este fez dos factos apresentados não é a mais correcta. -----

Não se tendo registado mais intervenções, foi a proposta apresentada pela câmara municipal para a fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2015, **aprovada por unanimidade** pelo que se fixa o valor do IMI para o ano de 2015 nos seguintes termos: -----

- Taxa da alínea c) do n.º 1 do artigo 112º – Prédios urbanos – 0,3 %; -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Que nos termos previstos no n.º 8 do art.º 112º do CIMI (DL n.º 287/2003, de 12 de novembro), se fixe em 30% o índice de majoração a aplicar à taxa de IMI de todos os prédios urbanos considerados degradados nos termos no referido código. -----

PONTO SEIS da ordem de trabalhos “**Fixação de Taxas – Licenciamento Zero**” -----

O presidente da câmara municipal esclareceu que o assunto em apreço está consignado no âmbito do Programa Simplex, e que visa facilitar e agilizar a vida dos cidadãos. Com vista a cumprir o objetivo apontado, o diploma define um modelo que processará via electrónica um conjunto alargado de licenciamentos, através de um Balcão Único Eletrónico, designado “Balcão do Empreendedor”, criado pela portaria 131/2011, de 04 de abril. -----

Nesse sentido procede-se à alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Vila Nova de Cerveira, mais precisamente o Título II “Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas municipais”, revogando-se todas as taxas previstas neste título que contrariem os procedimentos do referido Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril e as taxas constantes do documento que se anexa (**Anexo 29**). -----

Fernando Venade – Informou que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente. No entanto gostaria de ser esclarecido sobre algumas dúvidas que lhe surgiram, que no seu entendimento julga tratar-se de erros ortográficos e/ou gralhas, exemplificando o caso de umas taxas que considera serem anuais e na tabela consta como mensais. -----

O presidente da câmara respondeu que efetivamente são gralhas e que serão corrigidas, agradecendo a chamada de atenção. -----

Vitor Silva – Revelou que a bancada dos Independentes irá votar favoravelmente esta alteração, pois considera que se trata de uma medida útil tanto para a desburocratização dos procedimentos administrativos, como para a redução dos custos de contexto que tanta aflição provoca nas tesourarias das empresas e nos bolsos dos cidadãos em geral. -----

Não havendo mais intervenções e submetida à votação foi **aprovado por unanimidade**.-----

PONTO SETE da ordem de trabalhos “**Primeira correção do PDM de Vila Nova de Cerveira**” -----

O presidente da câmara esclareceu que a correção ao PDM de Vila Nova de Cerveira é meramente técnico, tratando-se apenas de pequenos erros que foram detetados e que têm de ser corrigidos, conforme informação apresentada pelos serviços do Gabinete de Planeamento e Projeto e que se encontra anexa (**Anexo 30**). -----

Não se tendo registado nenhuma intervenção, foi de imediato submetida à aprovação tendo sido **aprovado por unanimidade** a primeira correção do PDM de Vila Nova de Cerveira. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

PONTO OITO da ordem de trabalhos “**Acácio Rocha Parente – Proposta de compra de Terreno**” -----

Pelo presidente da câmara municipal foram prestados os esclarecimentos mais significativos sobre este assunto, referindo tratar-se de uma pequena parcela de terreno situado na Rua Martins Vicente pertencente à autarquia e que se encontra afeto ao domínio público, conforme se pode verificar nos documentos anexos (**Anexo 31**). -----

Não se tendo registado nenhuma intervenção, foi de imediato submetida à votação tendo sido **aprovado por unanimidade** a autorização para desafetação do referido terreno do domínio público municipal. -----

PONTO NOVE da ordem de trabalhos “**Comissão de Trabalho (Orçamento Participativo; Bial e FGM) - apresentação do trabalho realizado**” -----

Mário Luís Afonso – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 32**), fez uma breve apresentação do trabalho produzido por este grupo criado na última sessão desta assembleia municipal realizada no passado dia 14 de junho, e da qual, na primeira reunião da comissão foi designado coordenador do grupo. O documento hoje em análise “Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Vila Nova de Cerveira” (**Anexo 33**), pretende ser uma ferramenta de enorme transcendência para Vila Nova de Cerveira, na medida em que dá voz aos Cerveirenses para decidir o destino de parte do orçamento da autarquia. É um documento aberto, que se pretende que seja enriquecido ou eventualmente alterado com os vossos contributos. Realçar ainda que o estudo efetuado pela Escola Secundária de Vila Nova de Cerveira sobre a alteração dos critérios de distribuição do Fundo Geral Municipal - FGM, não foi descurado pela comissão, sendo que o processo de trabalho continua na fase de recolha e consolidação de documentação relevante. -----

Por fim agradeceu ao Prof. Luís Quarteu e ao aluno Pedro Cancela, a empenhada e valiosa colaboração nas reuniões e na concepção do documento bem como a todos os membros desta comissão. -----

Aristides Martins – Fez uma breve apresentação do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho da Bial também criado na última sessão desta assembleia municipal realizada no passado dia 14 de junho, e da qual, na primeira reunião da comissão foi designado coordenador do grupo. Esta comissão já reuniu com todas as pessoas/entidades que fizeram parte deste evento. -----

Como se sabe a primeira Bial de Cerveira realizou-se no ano de 1978. São mais de três décadas de Biais. Um trabalho árduo, de grande dimensão mas que pretende ser profícuo, pois, é desejo desta comissão, criar um documento que diga o que foi e o que poderá vir a ser a Bial de Cerveira. -----

Estamos expectantes que dará os seus frutos brevemente. -----

Fernando Venade – Em nome da bancada do Partido Socialista, felicitou esta Comissão, pelo trabalho realizado e na apresentação deste documento. A título pessoal sugeriu pequenas alterações do mesmo, designadamente sobre a eventual exclusão da área da freguesia de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como elegível no processo concretização do investimento e a possibilidade de centrar o investimento num só projeto estruturante. -----

Mário Afonso – Agradeceu as sugestões e disse que a comissão pretende esses contributos. -----

Vitor Nelson – Enalteceu a forma cordial e construtiva como decorreram os trabalhos do grupo nomeado para o Orçamento Participativo e fez uma proposta nos seguintes termos. -----

Considerando que: -----

1. O grupo de trabalho foi extraordinariamente célere na produção de resultados; -----
2. O grupo de trabalho apresentou um documento devidamente estruturado; -----
3. Existe todo o interesse em concluir rapidamente este processo para que já no próximo ano se possam ver resultados; -----
4. O objectivo da apresentação deste documento é a recolha de mais contributos, mas atendendo a que o avançado da hora limita a quantidade de intervenções; -----

O presidente da assembleia solicitou que fosse adoptada a seguinte metodologia de deliberação: (i) que o projeto de regulamento apresentado seja de imediato submetido a votação com as ressalvas dos dois pontos seguintes; (ii) os membros da assembleia municipal que quiserem apresentar propostas para o aperfeiçoamento do documento devem remeter os seus contributos por escrito via E-Mail para o serviço de apoio à assembleia municipal até ao dia 3 de outubro; (iii) na semana imediatamente seguinte a essa data, a comissão de trabalho reunirá para apreciar as sugestões remetidas e caso entenda oportuno reformulará o documento em conformidade com os novos elementos apresentados. -----

Submetido à votação foi o documento “Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Vila Nova de Cerveira” **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida abriu o período reservado ao público, tendo-se registado a intervenção do Sr. Cândido Malheiro, residente em Lovelhe, que questionou o presidente da câmara municipal se já foi nomeado o Comandante da Proteção Civil. -----

O presidente da câmara esclareceu que não existe Comandante da Proteção Civil desde março, mas que oportunamente farão nova nomeação, pois já possui alguns candidatos. -----

Não havendo mais assuntos a tratar e por proposta do presidente da mesa, foi esta ata, por **unanimidade, aprovada em minuta**, afim das deliberações tomadas produzirem efeitos de imediato, tendo sido dado à mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

E nada mais havendo a tratar foi esta sessão encerrada pelas 1h00. -----

E eu, Helena Paula Barroso Martins, Assistente Técnica nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi. ----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Vitor Nelson Esteves Torres da Silva)

A 1º Secretária,

(Cláudia Maria Pinto Ferreira)

A 2ª Secretária,

(Ana Cristina Araújo Silva dos Santos)

A Assistente Técnica,

(Helena Paula Barroso Martins)

**ANEXOS
Á
ATA
DE
26-09-2014**

Anabela Lages de Oliveira Quintas
Rua do Capão, nº 24
4920-115 Reboreda

ANEXO 1

AMVNC 2014/09/26

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
do Município de Vila Nova de Cerveira

Data: 1 de Setembro de 2014
Carta Registada com AR

Assunto: Renúncia a mandato de deputada municipal (2013/2017)

Exmo. Sr. Presidente da AM

Nos termos previsto no artigo 11º/1 e 2 Do Regimento Municipal desta Assembleia comunico a V/ Exa. que renúncio ao mandato em curso.

Grata pela atenção.



CMVNC Assembleia Municipal

De: Cristina Martins <csm.vnc@gmail.com>
Enviado: terça-feira, 16 de Setembro de 2014 20:25
Para: CMVNC Assembleia Municipal; vitornelson.torres@gmail.com
Assunto: Ausência na próxima reunião da Assembleia Municipal de VNC
Importância: Alta

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira,

Venho por este meio informá-lo, que por motivos de agenda inalteráveis, não poderei estar presente na reunião da Assembleia Municipal do mês de setembro.

Assim sendo, e respeitando o artigo 10.º do Regimento da Assembleia Municipal, venho por este meio pedir a minha substituição para a próxima reunião.

Com os melhores cumprimentos,

Cristina Martins



Este email está livre de vírus e malware porque a proteção avast! Antivirus está ativa.

**MOBILIZAÇÃO, UNIÃO E DETERMINAÇÃO**

"Não perguntemos se estamos plenamente de acordo, antes sim se marchamos no mesmo caminho" Goethe

AMVC 2014/09/26
João Manuel Gonçalves

Exm.º Sr. Dr. Vítor Nelson Esteves Torres da Silva
Presidente da Assembleia Municipal de
Vila Nova de Cerveira
Praça do Município
4920-284 VILA NOVA DE CERVEIRA

24 de Setembro de 2014, Vila Nova de Cerveira

Por demissão da Camarada Anabela Lages Oliveira Quintas de deputado da Assembleia Municipal, a qual ainda acumulava o cargo de líder de bancada, cumpre-me na qualidade de Presidente da Comissão Política da Concelhia do Partido Socialista de Vila Nova de Cerveira informar V. Exa. que em sua substituição o Camarada Manuel de Araújo Soares passará a assumir a função de liderança da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, ficando no lugar de suplente de líder o Camarada Fernando José Pires Venade.

Sem outro assunto de momento, agradeço desde já toda a atenção e colaboração que nos possa prestar.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão Política Concelhia

Emanuel Renato Sousa de Oliveira

CONCELHIA DO PARTIDO SOCIALISTA DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Centro Comercial Ilha dos Amores, Bloco 2 - sobre Loja Dtª - 4920-270 VNC *

E-mail: ps.vilanovadecerveira@gmail.com * Blogue: <http://psvncerveira.blogspot.pt/>

Facebook: <https://www.facebook.com/pages/PS-de-Vila-Nova-de-Cerveira/30850705585180#> Twitter: <https://twitter.com/PSVNCerveira>



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE **CERVEIRA**
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo 4
Amvnc 2014/09/26
W

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

Entre 16-06-2014 e 26-09-2014

DATA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
17-06-2014	Presidente da Câmara Municipal de VNC	Deliberações da última Assembleia Municipal
01-07-2014	Mário Luís Fernandes Afonso	Grupo de Trabalho FGM e Orçamento Participativo - Convocatória
01-07-2014	Carla Isabel Martins Segadães	Grupo de Trabalho FGM e Orçamento Participativo - Convocatória
01-07-2014	Cristina Isabel Silva Cancela	Grupo de Trabalho FGM e Orçamento Participativo - Convocatória
01-07-2014	Manuel Custódio Esteves	Grupo de Trabalho FGM e Orçamento Participativo - Convocatória
01-07-2014	Manuel Pedro Cerqueira Soares	Grupo de Trabalho FGM e Orçamento Participativo - Convocatória
01-07-2014	Aristides Manuel Rodrigues Martins	Grupo de Trabalho Bienal de Arte - Convocatória
01-07-2014	Lídia Isabel Leal Portela	Grupo de Trabalho Bienal de Arte - Convocatória
01-07-2014	Joaquim do Nascimento Gomes Barroso	Grupo de Trabalho Bienal de Arte - Convocatória
01-07-2014	Manuel de Araújo Soares	Grupo de Trabalho Bienal de Arte - Convocatória
01-07-2014	Cláudia Maria Pinto Ferreira	Grupo de Trabalho Bienal de Arte - Convocatória
01-07-2014	Carlos Alberto Limeres Bouça	Grupo de Trabalho Bienal de Arte, FGM e Orçamento Participativo - Convocatória
07-07-2014	Presidente da Câmara Municipal	Exposição do sr. Eduardo J. D. Castro
16-09-2014	Eduardo José Duro de Castro	Resposta
17-09-2014	Constantino João Magalhães Costa	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Fernando Bessa Marinho	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	José Miguel Rodrigues Pereira	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Joaquim Lima Hilário	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Fernando António da Cunha Alves	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Rui Manuel de Sousa Esteves	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Armando Rui Brandão do Paço	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Ana Maria da Cunha Montenegro	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Filipe Manuel da Silva Amorim	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Manuel Custódio Esteves	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Manuel Pedro Cerqueira Soares	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Vitor Nelson Esteves Torres da Silva	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Mário Luís Fernandes Afonso	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Ana Cristina Araújo Silva dos Santos	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Aristides Manuel Rodrigues Martins	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Vitor Manuel da Silva Alves	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Lídia Isabel Leal Portela	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	João Manuel Araújo Domingues Caldas	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Joaquim do Nascimento Gomes Barroso	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Carla Isabel Martins Segadães	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Silvia Lopes Ribeiro	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Carla Maria Caetano Amorim Torres	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Fernando José Rodrigues Pires Venade	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Cristina Isabel Silva Cancela	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Cláudia Maria Pinto Ferreira	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Manuel de Araújo Soares	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Presidente da Câmara Municipal de VN Cerveira	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Vereador Vitor Costa	Convocatória da Assembleia Municipal
17-09-2014	Vereadora Aurora Viães	Convocatória da Assembleia Municipal
25-09-2014	Presidente da D. Assoc. Desportiva de Campos	Voto de Congratulação



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

25-09-2014	Presidente da Câmara Municipal de VN Cerveira	Voto de Congratulação
------------	---	-----------------------

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Entre 16-06-2014 e 26-09-2014

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
20-06-2014	Eduardo José Duro de Castro	Exposição relativa a assunto camarário
30-06-2014	Constantino Magalhães Costa	Assunto relacionado com voto de louvor
23-07-2014	Rancho Folclórico de Sopo	Convite
01-09-2014	Anabela Lages de Oliveira Quintas	Renúncia ao mandato de deputada municipal
16-09-2014	Câmara Municipal V.N. Cerveira	Exposição de Eduardo José Duro de Castro
18-09-2014	ANMP	Conferência da ANMP: Portugal do Futuro
19-09-2014	Eduardo José Duro de Castro	Exposição N/ refº 165/14
24-09-2014	Concelhia do PS de V.N. Cerveira	Por renúncia da deputada Anabela Quintas, designam como líderes da bancada o Srs. Manuel Soares e Fernando Venade, este como suplente.

Am Vnc 2014/09/16
hy.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE
CERVEIRA**

**LISTAGEM DE PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES EM
22.09.2014 E ESTADO ACTUALIZADO DOS MESMOS**

1

PROCESSO – nº 11/03 – 7º Juiz TAC do Porto

ESPÉCIE – Acção Ordinária

AUTOR – João Paulo da Costa Marinho

RÉ – Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Condenação no pagamento de indemnização de 28.975,91 a título de danos patrimoniais, acrescida de juros de mora vencidos (contabilizados em € 12.957,60 à data da propositura da acção) e dos vincendos, e de € 100.000,00 a título de danos morais, bem como de sanção pecuniária compulsória de 5% para o caso de não ser cumprida de imediato a condenação que viesse a ser proferida.

ESTADO ACTUAL - Foi proferida sentença a condenar a C.M. a pagar ao Autor a quantia total de € 35.254,48 (que inclui danos patrimoniais e morais), acrescida de juros de mora à taxa legal (de 7% entre 10.01.2003 e 30.04.2003 e de 4% desde essa data até integral pagamento). Foi interposto recurso, encontrando-se o processo para decisão final.

2

PROCESSO – nº 419/09.4BE BRG – U. O. 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção administrativa comum sob a forma ordinária

AUTORA – Freguesia de Sapardos

RÉ – Freguesia de Rubiães

CHAMADOS – Município de Vila Nova de Cerveira e Município de Paredes de Coura

OBJECTO/PEDIDO – Delimitação das freguesias de Sapardos e Rubiães.

ESTADO ACTUAL - Tem a instância suspensa.

3

PROCESSO – nº 1823/10.8BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa comum sob a forma ordinária

AUTORA – Maria Gabriela Silva Pereira Camelo Taborda

RÉUS – Município de Vila Nova de Cerveira e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação na indemnização de € 290.000,00 (duzentos e noventa mil euros), acrescida de juros à taxa legal desde a citação e pedido de indemnização a liquidar em função de danos futuros.

ESTADO ACTUAL – Tem audiência prévia marcada para o dia 7 de Outubro de 2014.

4

PROCESSO – nº 1860/12.8BEBRG – U. O. 1 (proveniente da injunção 159196/12.4YIPRT)

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTORA – Águas do Noroeste, S.A.

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de pagamento do valor de € 209.744,79, acrescida de juros vencidos, no valor de E 55.436,46 e de juros vincendos à taxa legal.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida decisão julgando competente o TAF de Braga, onde o processo irá prosseguir.

5

PROCESSO – nº 409/13.0BEBRG – U. O. 1

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTORA – Construções Refoiense, Ldª.

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de pagamento do valor de € 1.753.369,32, acrescida de juros vincendos, à taxa legal, a título de indemnização por incumprimento dos contratos de empreitada de obras públicas “Remodelação do Largo da Feira – Praça da Galiza” e “Avenida das Comunidades/Regeneração da Entrada Norte da Vila”.

ESTADO ACTUAL – Tem audiência de julgamento marcada para 14.10.2014 e 21.10.2014.

6

PROCESSO – nº 1105/13.3BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção administrativa especial

AUTOR – Ilídio José Lourenço Pontedeira

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Anulação do despacho de 29.06.2012, concordante com a deliberação da Câmara Municipal de 27.06.2012, que aplicou ao Autor a pena disciplinar de despedimento.

ESTADO ACTUAL – aguarda marcação de audiência prévia.

7

PROCESSO – nº 1.397/13.8BEBRG – U. O. 1

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTORA – Construções Refoiense, Ld^a.

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Vários pedidos de pagamento de facturas relativos aos contratos de empreitadas de obras públicas celebrados entre a mesma e o Município (“Remodelação do Largo da Feira – Praça da Galiza”, “Avenida das Comunidades/Regeneração da Entrada Norte da Vila” e “Incubadora das Indústrias Criativas/Bienal de Cerveira”) e vários pedidos relativos aos autos de medição e recepções provisórias das mesmas.

ESTADO ACTUAL – aguarda marcação de audiência prévia.

8

PROCESSO – nº 316/14.9BEBRG – U. O. 1

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum

AUTORA – Construções Refoiense, Ld^a.

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de ilegalidade da deliberação que indeferiu o pedido de reequilíbrio financeiro relativo ao contrato de empreitada de obras públicas celebrado entre a mesma e o Município denominada “Incubadora das Indústrias Criativas/Bienal de Cerveira”) e bem assim pedido de condenação na quantia de 232.582,64.

ESTADO ACTUAL – Tem audiência prévia marcada para 2 de Dezembro.

9

PROCESSO – nº. 798/14 – STA

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTORES – Município de Vila Nova de Cerveira e Município de Valença

RÉU – Conselho de Ministros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação de vários actos visando a privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento, S. A., sócia da Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO 6

Amvnc 2014/09/26
M

DECLARAÇÃO

Carmen de La-Salete Oliveira Araújo, Dirigente Intermédia de 3.ª Grau da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira; -----

Declara, nos termos e para efeitos do disposto no n.º2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira tem, nesta data, uma dívida a fornecedores e empreiteiros do montante de 691.197,94 €. -----

Declara, ainda que detém as seguintes participações nas seguintes empresas: -----

Caixa de Crédito Agrícola -----9.640 Acções = 24.040,00 €

Valorminho, S.A -----9.720 Acções = 48.600,00 €

Águas do Noroeste, S.A -----48.780 Acções = 243.900,00 €

Empreendimentos Eólicos Cerveirenses, S.A -----7.500,00 €

Fundação da Bienal de Cerveira -----237.000,00 €

Município de Vila Nova de Cerveira, 26 de Setembro de 2014. -----

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,

Carmen de La-Salete Oliveira Araújo

Carmen de La-Salete Oliveira Araújo

ENTIDADE			RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA N.º 188						DATA	ANO	PÁGINA
M. V.R. Correia			Data : 2014/09/25						2014/09/25	2014	1
COTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO		
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR	
11		CAIXA	10.351.590,07	10.345.322,26	223.127,39	220.460,15	10.574.717,46	10.565.782,41	8.935,05		
11.1		Caixa	10.331.236,19	10.329.610,47	223.127,39	220.460,15	10.554.363,58	10.550.070,62	4.292,96		
	CX	CAIXA	10.331.236,19	10.329.610,47	223.127,39	220.460,15	10.554.363,58	10.550.070,62	4.292,96		
11.8		Fundo de maneo	20.353,88	15.711,79			20.353,88	15.711,79	4.642,09		
11.8.2		João Nogueira	3.834,61	3.097,21			3.834,61	3.097,21	737,40		
	CX2	FM-João Nogueira	3.834,61	3.097,21			3.834,61	3.097,21	737,40		
11.8.3		Vitor Costa	8.096,96	6.349,67			8.096,96	6.349,67	1.747,29		
	CX3	FM-Vitor Costa	8.096,96	6.349,67			8.096,96	6.349,67	1.747,29		
11.8.4		Vitor Pereira	2.493,63	1.093,63			2.493,63	1.093,63	1.400,00		
	CX4	FM-Vitor Pereira	2.493,63	1.093,63			2.493,63	1.093,63	1.400,00		
11.8.6		Nuno Jorge Costa Correia	5.928,68	5.171,28			5.928,68	5.171,28	757,40		
	CX6	FM-Nuno Jorge Costa Correia	5.928,68	5.171,28			5.928,68	5.171,28	757,40		
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES	9.939.375,93	7.173.112,34	1.599,68	219.552,81	9.940.975,61	7.392.665,15	2.548.310,46		
		FINANCEIRAS									
12.1		CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	8.939.342,33	6.946.404,68	1.170,00	219.552,81	8.940.512,33	7.165.957,49	1.774.554,84		
	0035/00001359130	CGD	799.890,03	444.559,36		35,44	799.890,03	444.594,80	355.295,23		
	0035/00001819430	CGD	181.554,36	800,00			181.554,36	800,00	180.754,36		
	0035/00009749330	CGD	12.079,91	12.079,91			12.079,91	12.079,91			
	0035/00014085230	CGD	7.598.842,16	6.456.819,30	1.170,00	219.517,37	7.600.012,16	6.676.336,67	923.675,49		
	0035/00014233230	CGD	236.169,86	5.208,98			236.169,86	5.208,98	230.960,88		
	0035/00014892630	CGD	53.948,47				53.948,47		53.948,47		
	0035/00015260530	CGD	5.170,05	5.170,05			5.170,05	5.170,05			
	0035/00015447030	CGD	6.613,53	6.613,53			6.613,53	6.613,53			
	0035/00015939130	CGD	3.751,20	3.751,20			3.751,20	3.751,20			
	0035/00015940530	CGD	2.873,08	2.873,08			2.873,08	2.873,08			
	0035/00016560930	CGD	29.920,41				29.920,41		29.920,41		
	0035/00016708430	CGD	1.435,74	1.435,74			1.435,74	1.435,74			
	0035/00017555930	CGD	7.093,53	7.093,53			7.093,53	7.093,53			
12.2		BANCO TOTTA & AÇORES	94.168,67	72.415,43			94.168,67	72.415,43	21.753,24		
	0018/35404061001	BT	94.168,67	72.415,43			94.168,67	72.415,43	21.753,24		
12.3		CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	484.770,03	152.654,28			484.770,03	152.654,28	332.115,75		
	0045/40023596179	CCAM	434.770,03	152.654,28			434.770,03	152.654,28	282.115,75		
	0045/40259078937	CCAM	50.000,00				50.000,00		50.000,00		
12.4		BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	405.182,30	1.548,77	429,68		405.611,98	1.548,77	404.063,21		
	0033/00049885369	BCP	260.691,80	892,93	429,68		261.121,48	892,93	260.228,55		
	0033/45255167253	BCP	144.478,73	655,84			144.478,73	655,84	143.822,89		
	0033/45255168805	BCP	11,77				11,77		11,77		
12.5		BANCO ESPÍRITO SANTO	15.912,60	89,18			15.912,60	89,18	15.823,42		
	0031/17259100197	BES	15.912,60	89,18			15.912,60	89,18	15.823,42		
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			20.290.966,00	17.518.434,60	224.727,07	440.012,96	20.515.693,07	17.958.447,56	2.557.245,51		
DOCUMENTOS			25.371,85				25.371,85		25.371,85		
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS			9.137.463,87	7.141.731,00	4.294,66	269.676,80	9.141.758,53	7.411.407,80	1.730.350,73		
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			1.362.439,63	585.641,10	50.096,25		1.412.535,88	585.641,10	826.894,78		

TESOUREIRO

FUNCIONÁRIO

ORÇ. EXECUTIVO

ANEXO 7
AMU 2014/09/28
F. [assinatura]

Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal

Para os efeitos previstos na Lei nº 75/2013 do 12 de Setembro, e no seu artigo 25, nº 2 alínea C, tenho a honra de submeter à aprovação da Excelentíssima Assembleia Municipal a presente informação relativa a Atividade do Executivo Municipal, referente aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2014.

A Atividade Municipal neste período caracterizou-se pela continuidade da execução das tarefas previamente planeadas, pela prestação dos serviços administrativos inerentes à atividade e funções municipais e o apoio às populações do concelho.

Uma primeira referência ao balanço positivo da Proteção Civil Municipal, com um Verão muito calmo graças à intervenção preciosa de São Pedro, não havendo registo de qualquer ocorrência de incêndios florestais no nosso Concelho.

Em plena época de Verão, o período em análise ficou marcado pela programação, preparação e desenvolvimento de uma diversidade de eventos culturais que contribuíram para que Vila Nova de Cerveira registasse excelentes indicadores na afluência de visitantes. As Atividades Municipais, e designadamente as Ações Imateriais, encontram-se genericamente retratadas no relatório de Demonstração das Atividades Desenvolvidas pela Divisão de Administração Geral e do Relatório Julho/Agosto/Setembro 2014 da Divisão Sociocultural e Desportiva. No entanto, destacamos:

- ✓ Em julho, o 9º Aniversário do Aquamuseu do rio Minho, um equipamento de referência ibérica, ao serviço da comunidade residente e de turistas; e o regresso das 'Noites de Fado' que cativou centenas de pessoas da raia, colocando novamente Vila Nova de Cerveira na rota do tributo à música portuguesa;
- ✓ No mês de agosto, o 'Cerveira Acústica' proporcionou dois serões bem passados ao som da música portuguesa; as Festas Concelhias, que com o apoio da autarquia, dinamizaram todo o centro histórico; a BIA – Artes e Ofícios Tradicionais que, nesse seu ressurgimento, e durante nove dias, revelou-se uma aposta ganha, tendo contribuído para a dinamização do artesanato e das instalações do Fórum Cultural, complementado com o espaço gastronómico que permitiu a algumas Associações do Concelho angariarem fundos para as suas atividades. Associado à BIA esteve um outro evento que marcou o calendário cultural de Verão que foi 'O Crochet Sai à Rua', com milhares de portugueses e estrangeiros a visitarem esta iniciativa que levou o nome

desta vila alto-minhota a vários cantos do mundo. O projeto superou todas as expectativas e recebeu um carinho generalizado, com destaque para a vertente comunitária que adquiriu com o envolvimento efusivo de população, comerciantes, instituições, associações e juntas de freguesia; e, por fim, a Festa da História (este ano com mais um dia de atividade), um evento já consolidado;

- ✓ Em setembro, a Desfolhada Tradicional, a evocar a tradição do mundo rural e o IX Festival de Bandas de Música, a fazer perdurar estas sonoridades;
- ✓ A publicação do Boletim Municipal e do lançamento da primeira versão digital, com o resumo das atividades e investimentos desenvolvidos pelo Município ao longo do primeiro semestre de 2014; e a preparação da Agenda Cultural que vai marcar o último trimestre do corrente ano, com propostas caracterizadas por uma maior sobriedade em termos de grandes eventos, mas adapta-se perfeitamente à época que vamos percorrer, o Outono, permitindo fazer reflexões para podermos programar o futuro com qualidade.

Relativamente a Ações Materiais, de salientar que a intervenção nas diversas freguesias está bem visível e a cumprir a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida e de satisfazer as necessidades da população. A cumprir os prazos estipulados, destacamos:

- Empreitadas em execução/concluídas:

- Ecovia “Caminho do Rio” – 2.ª Fase. Os trabalhos de desmatção e implantação da ecovia encontram-se em fase de conclusão; o troço de ligação Montorros a Valença encontra-se pavimentado e foram iniciados os trabalhos de construção dos pontões;
- Beneficiação de Equipamentos Municipais Desportivos e de Lazer – Substituição do Relvado Sintético do Estádio Municipal Rafael Pedreira. Os trabalhos de substituição do relvado sintético encontram-se finalizados, faltando apenas arranjos de pormenor como seja a substituição da rede nos topo sul do campo;
- Loja de Turismo de Vila Nova de Cerveira – Adaptação do Espaço Interior. Obra concluída, incluindo a colocação do mobiliário;
- Demolição de um Edifício de Habitação, na Rua do Couto em Gondarém.

- Empreitadas iniciadas:

- Pavimentação da Rua dos Castanheirinhos, em Sapardos. Pavimentação da rua em semi-penetração betuminosa e execução de rede de drenagem das águas pluviais;

- Pavimentação de Caminhos em Mentrestido – Travessa do Souto. Pavimentação da rua em semi-penetração betuminosa e execução de rede de drenagem das águas pluviais;

- Construção de Pontão na Rua do Sobreiro, em Campos;

- Reconstrução de Muro no Lugar do Espírito Santo, em Gondar.

- Empreitadas a iniciar:

- Beneficiação da EM 517 de Sopo de Baixo a France – 2.ª Fase. O procedimento foi aberto por concurso público com o preço base de 111.500,00€; encontra-se em fase de análise de propostas. Trata-se de trabalhos de pavimentação.

- Intervenções na área de águas e saneamento:

- Reparação da rede de esgotos no Bairro Alto das Veigas;

- Substituição de troço da rede de abastecimento de água na EN13 (Cruzamento da Sobrosa em Gondarém);

- Entrada em funcionamento da nova rede de abastecimento de água nas Ruas de Pedreira, Gouvim, Rego, Penedo e Assequia em Gondarém, permitiu desativar a antiga rede construída maioritariamente em ferro galvanizada, um dos problemas sempre referenciado nos relatórios da ERSAR. À presente data decorrem os trabalhos de pavimentação;

- Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico - Rua e Travessa do Talho, em Campos. À presente data decorrem os trabalhos de instalação da rede de drenagem de águas residuais domésticas;

- Saneamento Básico nas Ruas de Gamil a S. Roque de Gontige, de Paredes à Gávea, Bemposta, Rua do Bárrio à EN 303 e Rua de Zuragues, em Reboreda - Ruas de Gamil a S. Roque de Gontige e Rua de Zuragues. Obra concluída. Concluídos os trabalhos de instalação da rede de drenagem de águas residuais domésticas e de pavimentação.



- Intervenções na área de Jardins e Limpeza Urbana (2.ª quinzena de Setembro):

- Desmatção e corte de relva no troço da Ecopista entre a Praia d Mota e o Parque de Lazer do Castelinho (extensão:3 Km)
- Corte de relva no Parque de Lazer do Castelinho
- Corte de relva / desmatção na zona do cais de Vila Nova de Cerveira facilitando o acesso dos pescadores às suas embarcações
- Limpeza e manutenção dos espaços verdes do Bairro da Calçada
- Limpeza e manutenção de espaços verdes na Avenida das Comunidades
- Limpeza e manutenção de espaços verdes no Fórum Cultural
- Limpeza e desmatção da “Quelha do Baixinho”
- Limpeza e manutenção de espaços verdes no Solar dos Castros
- Limpeza e manutenção dos Jardins da envolvente da Câmara Municipal
- Limpeza e manutenção de espaços verdes no Castelo de Vila Nova de Cerveira
- Limpeza ervas em arruamentos: Rua D. Manuel I e Rua Martins Vicente

Na área educacional, referência para a preparação exaustiva do arranque de mais um ano letivo, assegurando todas as condições a alunos, pessoal docente e não docente possam desempenhar as suas funções, sem quaisquer constrangimentos.

Numa perspetiva de investimento futuro, continuamos a preparar as bases para a acessibilidade ao próximo Quadro Comunitário de Apoio ‘Portugal 2020’, sem descurar as oportunidades de aceder a candidaturas de fim de ciclo do atual QCA 2007/2013, das quais ainda esperamos obter resultados positivos para o Município.

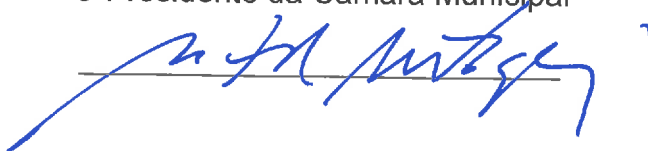
Finalmente, para efeitos do previsto no artigo 25º, nº 2, alínea C, junta-se em anexo, os seguintes documentos:

- 1) Declaração respeitante ao estado atual das dívidas a fornecedores;
- 2) Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 25 de Setembro de 2014,
- 3) Relação dos Processos Judiciais pendentes com a respetiva atualização reportando a 22 de Setembro de 2014.

Vila Nova de Cerveira

26 de setembro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal





Bancada Socialista da
Assembleia Municipal

VOTO DE PESAR

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 26/07/2014

O Presidente,

Unanimidade

Pelo falecimento de Joaquim Cândido Leite Moreira

Ex.mo. -----Presidente Assembleia

Ex.mo. -----S. Secretarias

Ex.mo. -----S. Presidenta da Camara

Ex.mo. -----S. Vereadores

Senhores----- Deputados

Ex.mo.----- -Publico

Foi com profundo pesar e consternação que a bancada do Partido Socialista tomou conhecimento do falecimento, no passado dia 27 de Junho, do Camarada Joaquim Cândido Leite Moreira, autarca e Presidente da Associação Nacional de Freguesias.

Nascido em 17 de Julho de 1954, em Amarante, Joaquim Cândido Leite Moreira era Professor de Artes Visuais naquele Município, tendo aperfeiçoado os seus conhecimentos com o Mestrado em Ciências da Educação.

Cândido Moreira, um homem bom que foi sempre um exemplo de dedicação aos outros e à causa pública, encontrando-se há mais de 30 anos ligado ao poder local democrático, tendo integrado em sucessivos mandatos os órgãos sociais da Associação Nacional de Freguesias, a cuja direção vinha presidindo desde fevereiro de 2014 e, para a qual foi eleito com 94% dos votos, depois de 13 anos como Vice-Presidente.



Cândido Moreira nunca foi capaz de despir a sua condição de autarca a que se dedicou sempre com enorme empenho, afirmando a sua convicção de que os eleitos locais são líderes *«(...) que, de cada grão de ambição e liberdade, fazem uma seara de progresso: e que de um simples gesto ou de uma pequena decisão, fazem brotar a emoção na centelha da vida que palpita»*. Porque, *« (...) enquanto cidadãos entre a comunidade, podem combater e vencer a dificuldade e a adversidade»*.

Cândido Moreira era um humanista e um homem íntegro, frontal e leal na sua relação com os outros, facto sempre assinalado pelos seus pares em toda a esfera político-partidária.

Com a sua morte perdeu-se uma das vozes mais intransigente em defesa da afirmação da autonomia do poder local, deixando a sua Freguesia de Padronelo, o Município de Amarante, a Região Norte e o País mais pobres.

O seu nome ficará para sempre ligado à luta das freguesias por mais autonomia e prestígio, por um poder local mais próximo das populações e pelo reforço do papel das freguesias como os verdadeiros agentes de coesão social.


A Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira manifesta aqui o seu pesar pela morte de Joaquim Cândido Leite Moreira, expressando a sua consternação à Freguesia de Padronelo, ao Município de Amarante, à Associação Nacional de Autarcas Socialistas e à Associação Nacional de Freguesias, enviando as suas condolências à sua Família.

Vila Nova de Cerveira, 26 de Setembro de 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 26/09/2014

O Presidente,

 Unanimidade

Voto de louvor

Os movimentos independentes representados nesta Assembleia congratulam e expressam orgulho e reconhecimento, por aqueles que levam além-fronteiras o nome de Cerveira.

Quer pelo trabalho árduo e dedicação diária ao desporto, quer pela competição e vontade de vencer.

Por isso faço questão de enaltecer com elevado orgulho, e para que da nossa memória não se apague tão cedo. Os nomes destes que tanto nos envaidecem.

A atleta da Associação desportiva, recreativa e cultural de Lovelhe (ADRCL) Ana Fernandes, natural de campos que se classificou em segundo lugar na final B do lançamento de Martelo, nos jogos Olímpicos da juventude NANJING 2014 CHINA.

Os atletas da (Associação desportiva e cultural da juventude de Cerveira)**CAMPEÕES NACIONAIS**

Revelo aqui os mais relevantes pois a lista é extensa

- 8+ JUVENIL MASCULINO CAMPEONATO NACIONAL DE FUNDO - DAVID CERQUEIRA, NUNO FERREIRA, ANDRÉ MARQUES, JOÃO CARVALHO, RUBEN PAULO, NUNO GONÇALVES, SAMUEL PINTO, FRANCISCO MACHADO E RAQUEL OLIVEIRA (timoneira).

- 8+ JUVENIL MASCULINO CAMPEONATO NACIONAL DE VELOCIDADE - DAVID CERQUEIRA, NUNO FERREIRA, ANDRÉ MARQUES, JOÃO CARVALHO, RUBEN PAULO, NUNO GONÇALVES, BRUNO CORREIA, FRANCISCO MACHADO E RAFAEL CARVALHO (timoneiro).

(skiff) JUVENIL FEMININO CAMPEONATO NACIONAL DE FUNDO e (skiff) JUVENIL FEMININO CAMPEONATO NACIONAL DE VELOCIDADE –

CLAÚDIA FIGUEIREDO.

- CAPEONATO NACIONAL DE REMO INDOOR – 1º LUGAR NA CATEGORIA JUVENIL FEMININO
CLAÚDIA FIGUEIREDO.

E por fim pela dedicação, espírito de aventura, criatividade, imaginação e amizade, que demonstraram quando trouxeram o primeiro prémio para a

nossa terra, no Redbull Flugtag a equipa **Cerveira BarrilTeam** constituída pelo Eduardo Vaz, Paulo Pontes, Pierre da Silva e André Santos. Sendo estes os nomes apenas do quarteto que esteve, na plataforma.

Como eles próprios referirão no dia do evento:

“Uma justa homenagem à amizade – esse foi o segredo da equipa que uniu não apenas o quarteto que participou como também toda uma comunidade”.

A todos, um bem-haja e um especial agradecimento pelas conquistas obtidas.

Luiz Pontes

26-09-2014

Voto de Louvor – Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal;

APROVADO em Sessão de 26/09/2014

Digníssima Mesa;

O Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados;

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores;

Estimado público;

O Ministério da Educação e Ciência, distinguiu pelo segundo ano consecutivo o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira, com o prémio de crédito horário.

Esta distinção deve-se aos melhores progressos educativos, medidos por indicadores de eficácia (EFI), como a média dos resultados dos alunos nos exames nacionais, nas avaliações do terceiro período, a redução do número de alunos que abandonaram a escola no ano letivo 2013-2014, bem como a eficiência na gestão de recursos humanos.

O Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira tem desempenhado um papel fundamental para que o sucesso dos alunos do município seja cada vez mais positivo, criando todo um conjunto de projetos/medidas concretas de combate ao insucesso escolar (Sucesso +; Turma +, Apoio aos exames nacionais, entre outros), permitindo que os alunos tenham um papel ativo, participativo, reflexivo e crítico na sociedade.

Consequência deste trabalho desenvolvido pela Direção Executiva e pelo Conselho Geral, o Agrupamento foi ainda agraciado com a possibilidade de contratualização de um técnico especializado nos serviços de orientação e psicologia, necessário também ao bom funcionamento do serviço educativo.

É também com satisfação que felicitamos os alunos de 12º Ano por terem sido bem-sucedidos na colocação universitária. Estamos perante uma estatística bastante positiva, visto que 91% destes alunos foram colocados na primeira fase. A maioria destes jovens entrou no curso que ambicionava.

A bancada do Partido Socialista congratula-se por todos os resultados alcançados, pelo que apresenta um voto de louvor ao Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira e a toda a comunidade educativa que ao longo dos últimos anos trabalhou em prol do sucesso educativo dos seus alunos. Faz também votos de continuação de um bom trabalho e excelentes resultados educativos para o futuro.

26 de setembro de 2014

As Deputadas e Deputados do Partido Socialista,

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 16/09/2014

O Presidente,

*Exmo. Presidente da Assembleia Municipal;**Digníssima Mesa;**Senhoras e Senhores Deputados;**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores,**Estimado público;*

Em nome da bancada do Partido Socialista, proponho que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira delibere atribuir um voto de Louvor à investigadora Olga Afonso natural e residente no nosso concelho, e extensível a todos os Cerveirenses que dedicam a sua vida à investigação e à Ciência.

Recentemente o trabalho da investigadora *Olga Afonso*, que integra a equipa liderada pelo professor *Hélder Maiato*, foi publicado numa revista de reconhecimento e referência mundial, a Science. De realçar que este estudo, debruçando-se sobre a "*divisão celular e a mitose*" poderá ser um contributo importantíssimo para o conhecimento sobre a vida, sendo que o mesmo é totalmente feito em Portugal.

Outros investigadores com raízes em Vila Nova de Cerveira tem sido também eles reconhecidos por meritórios trabalhos e contributos únicos para o conhecimento e o desenvolvimento científico. A todos o bem – haja pelo vosso trabalho e contributos! E por honrar de forma tão nobre o concelho de Vila Nova de Cerveira e o País.

O Partido Socialista entende que a Ciência e os cientistas cerveirenses, na sua maioria jovens, embaixadores da nossa terra, merecem esta distinção, reforçando o sentido e o significado de uma bandeira pela qual o Partido Socialista há muito defende e aposta. A necessidade de um apoio sólido à investigação, à ciência e à cultura, e que este Governo teima em não apoiar, sendo os meios garantes de futuro, de desenvolvimento e de inovação.

Disse!

26 de setembro de 2014

As Deputadas e Deputados do Partido Socialista,

João da Nesi — to Gomes Barroso
 Cristina Paucal
 Carlos Maria António Amorim Torres
 Sílvia Lopes Ribeiro

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

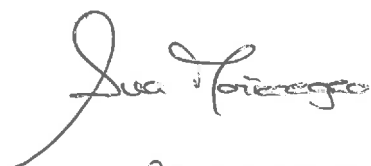
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 26 / 09 / 2014

O Presidente,

Voto de Congratulação

A bancada dos Independentes apresenta um voto de congratulação às voluntárias do Banco Local de Voluntariado de Vila Nova de Cerveira, pelo horas de trabalho, dedicação, empenho nas diversas actividades realizadas no Concelho de Vila Nova de Cerveira, mormente, a actividade da “Saúde na Comunidade”, com o tema dedicado à diabetes, realizada no passado dia 20 de Setembro, na Freguesia de Loivo onde participaram também a freguesia de Gondarém e Sopo.



26-09-2014

Ex.ª Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ex.ª Sr.ª Suetina da Assembleia

APROVADO em Sessão de 06/09/2016

Sr. Presidente da Câmara Municipal

O Presidente,

Veradora Ana Luísa Veiros

Verador Vítor Costa

Causa: Colóquio deputados municipais

Estimado Público

Sr. Presidente
em permissão

→ Proponho em ponto
de honra

A investigadora coveense Olga Afonso foi recentemente, no ~~passado~~ ^{próximo} mês de julho destaque na imprensa nacional e estrangeira.

Faz parte de uma equipa de investigadores do Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC) da Universidade do Porto que viu publicada na reconhecida revista internacional "Science" um trabalho que pode revolucionar o conhecimento sobre a vida.

De facto a revista americana "Science" é uma referência mundial, pois publica as principais descobertas feitas nas diferentes áreas de investigação desde a biologia até à física e astronomia.

O trabalho foi sendo desenvolvido ao longo de três anos, com várias revisões, consultas e análises técnicas.

Aborda a divisão celular e a mitose ~~ou seja~~

o crescimento e a renovação dos tecidos

→

em todo o seu viros.

Uma recente entrevista à revista Vale mais a investigadora diz ~~que~~ que o sonho de qualquer investigador é ser reconhecido o seu trabalho não só em Portugal mas também no estrangeiro.

Vila Nova de Gaia tem afirmado os seus créditos nas variadas áreas do conhecimento. Suiza agora também mais ~~uma~~ contributo para Vila Nova de Gaia na área de investigação.

~~Em nome~~ Em nome do movimento de cidadãos Gaieiros Pensa Gaia, propõe um voto de louvor para a investigadora Olga Apuz

V.N. Gaia, 26 de setembro de 2014

6 proponentes

ANEXO 14

Em meu nome e em nome do movimento Pensar Conosco, queremos dar os parabéns ao executivo pelas excelentes iniciativas integradas no Programa de animação de Veneza, das quais se salientam a:

BIA - Artes e ofícios tradicionais, onde participaram artesãos nacionais e internacionais, promovendo-se recuperar uma tradição existente nos anos 80, permitindo valorizar o artesanato da região importante vetor de dinamização económica. Mobilizar e criar um novo interesse aos convesseiros para visitar o fórum.

Uma das artes realizadas foi o crochê, apresentado de forma original e criativo nas ruas e espaços públicos da U.L. O crochê saiu à rua originou uma corrente saudável que envolveu convesseiros e a comunidade convesseira. Pessoal! Acho é muito interessante e importante neste momento de crise, o município mostram que existem formas de aplicar e criar com a nossa arte.

Os concertos de Veneza como as "Noites de Pado" e "Conversa Acústica" apresentam espetáculos ^{muito} variados para ^{vários tipos de} todo o público. Por sua vez a "Festa de história" rentabilizou o trabalho das associações e favoreceu a atividade dos convesseiros locais.

Para terminar felicitar a comissão de festa de Vila Nova de Conveseira, um grupo voluntário, pelo ^{seu} trabalho e dedicação na organização da festa do conveseiro.

Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Caras secretárias da Mesa

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal

Vereadora Aurora Viães

Vereador Vitor Costa

Colegas deputados municipais

Estimado público

Decorre até ao dia vinte e oito de setembro o I Simposio Internacional de Escultura do Minho.

É um espaço de experiência, liberdade criativa e de interação.

Vila Nova de Cerveira e Tominho interagem durante os dezassete dias do evento, dando corpo ao Pacto da Amizade consubstanciado no pretérito dia onze de Junho.

Constitui-se como mais um reforço da cooperação entre estes dois municípios que sempre mantiveram este quadro de parceria ativa.

Neste evento, constata-se uma simbiose perfeita entre Vila Nova de Cerveira “Vila das Artes” e Tominho “Terra de Artistas”.

Tal como preconiza a Carta da Amizade, perspectivam-se outros eventos nas áreas da educação, desporto, ação social, entre outras.

É neste contexto de boa vizinhança e colaboração recíproca que os dois povos, Vila Nova de Cerveira e Tominho querem construir o seu futuro.

Senhor Presidente da Câmara: dê continuidade, alargue e dinamize este espaço de interactividade.

Concerteza, os cerveirenses ficar-lhe-ão gratos.

Finalizo citando a sua colega alcaideza de Tominho Sandra Gonzalez “ Seguiremos tecendo pontes de futuro, pontes entre um mesmo espaço natural, pontes sobre um mesmo rio.

Vila Nova de Cerveira, 26 de Setembro de 2014

Mário Luís Fernandes Afonso



**Bancada Socialista da
Assembleia Municipal**

AMUNC 2014/09/26
Wf

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Ex. mos Sr.ª e Sr. Vereadores

Ex. mos Deputados da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta

Ex.mº Público

Assunto: Segurança rodoviária

Tendo em conta o número crescente de acidentes rodoviários na EN 13, junto à rotunda do Pingo Doce, em Gondarém, e dado que já há vários meses a referida rotunda se encontra sem iluminação noturna, o que provoca muita falta de visibilidade aos automobilistas que por ali circulam.

A bancada do Partido Socialista, inquietada com esta situação, questiona o executivo relativamente ao seguinte:

1. Se já foi dado conhecimento desta situação às autoridades competentes e se já, qual a resposta das mesmas.
2. Teremos que esperar que ocorram mais acidentes graves na referida zona para que esta situação se resolva.
3. Qual a possibilidade de reforçar esta zona com mais iluminação pública.

Aproveitando ainda esta intervenção, alertamos para a perigosidade relativa ao semáforo colocado junto do Bairro da Calçada, pelo facto do sinal luminoso superior se encontrar fundido e o lateral não ser visível à distância pois fica encoberto pelas árvores e pela curva da Estrada Nacional. Seria importante concertar o referido semáforo para evitar possíveis atropelamentos que ainda não percebemos como não ocorreram.

Vila Nova de Cerveira, 26 de Setembro de 2014

A Deputada Municipal

Carla Torres

Luís Pereira



Bancada Socialista da
Assembleia Municipal

ANEXO JA
Anunc, 2014/09/28
WJ.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Ex. mos ~~Sr.ªs~~ e Sr.ªs Vereadores

Ex. mos Sr.ªs e Sr.s Deputados da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta

Ex.mº Público

Assunto: Vespa Velutina em Portugal

Segundo o Plano de Vigilância e Controlo da Vespa velutina (Vespa asiática) publicado em Agosto de 2014 e elaborado pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) , Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P.)e Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV, I.P.), cabe aos Serviços Municipais da Proteção Civil, ou seja ao Município, a sua monitorização e erradicação de ninhos.

Conforme estabelece o respetivo Plano, em **Áreas públicas:**

No caso de confirmação de ninhos de Vespa velutina em áreas públicas urbanas a destruição é da responsabilidade das respetivas Câmaras Municipais. A destruição de ninhos deverá ser comunicada ao ICNF.

A bancada do Partido Socialista, preocupada com esta situação, visto que no Distrito apresenta-se grave e uma vez que o Município tem responsabilidades nesta área, questiona o executivo relativamente ao seguinte:

1. Se está a ser monitorizado e controlado o numero de ninhos que tem surgido no nosso concelho.
2. Se o ninho em Sapardos, no lugar da Armada, junto a caminho público e a 50 metros do aglomerado populacional da Armada, como é do conhecimento do Município á mais de uma semana, já foi destruído (anexo 2 fotos).
3. Quantos ninhos já foram destruídos.
4. Se foi feita avaliação das consequências da presença da vespa no nosso concelho;
5. Que medidas de prevenção estão a ser tomadas.

Por outro lado, vemos com preocupação a incapacidade da população rural e do proprietário rural em fazer frente a esta praga exótica. Sendo assim, face a esta incapacidade e ao risco existente, apela-se à Câmara Municipal em substituir os proprietários rurais e, que atue de



Bancada Socialista da
Assembleia Municipal

forma a salvaguardar o património ambiental, económico e a própria saúde pública da população cerveirense, no âmbito das suas competências e responsabilidades em matéria da proteção civil.

Vila Nova de Cerveira, 26 de Setembro de 2014

O Deputado Municipal

Manuel Soares

OBS: NINHO EM SAPARDOS, LUGAR DA ARMADA, JUNTO A CAMINHO PÚBLICO E A 50 METROS DO AGLOMERADO POPULACIONAL DA ARMADA. DATA DAS FOTOS: 25.09.2014



AMUNE 2014/09/28
Wf

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Ex. mos Srs. e Srs. Vereadores

Ex. mos Sr.ªs e Sr.s Deputados da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta

Ex.mº Público

Assunto: INCÊNDIOS FLORESTAIS DE VERÃO 2014

Finalizou no passado dia 22 de Setembro o Verão e o certo é que não sentimos as suas características: temperaturas altas, humidade baixa, ausência ou redução considerável da precipitação e consequentemente, a perda da cor verde intensa da vegetação e a ocorrência de incêndios florestais.

Não se fizeram tardar as manifestações públicas e mediáticas das mais diversas estruturas e organismos, honrando os contratos e justificando a despesa pública de cerca de 80 milhões de euros gastos para este verão no combate aos incêndios florestais, atribuindo o êxito ao dispositivo empregue.

O certo é que o verão não existiu e as condições meteorológicas anómalas para a época registadas, foram exclusivamente responsáveis pela redução ou ausência de incêndios, (ainda bem para todos nós).

CONTUDO, O RISCO PERSISTE E DE FORMA AGRAVADA.

A 30 de setembro encerra-se a Fase de Perigo Charlie que marca a redução considerável de meios e recursos previstos na Diretiva Operacional Nacional para o ano de 2014 (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais) tais como o encerramento da maioria dos postos de vigia, o fim do funcionamento das Equipas de Combate a Incêndios integradas nas corporações de bombeiros, a redução dos meios aéreos, ou seja baixa-se o nível de Perigo e reduz-se a capacidade de resposta face aos incêndios.

Caso os últimos 3 meses deste ano sejam secos, associados à elevada carga de combustível agro-florestal e ao uso tradicional do fogo, os incêndios poderão ter maiores proporções face à perda de uma resposta capaz, pela redução da disponibilidade de combatentes, bem como dos meios de resposta, quer na prevenção quer na extinção.

Por outro lado, se os últimos meses se encontrarem dentro de condições normais para a época, apenas teremos um adiamento do problema para o ano 2015 no que respeita à gestão



**Bancada Socialista da
Assembleia Municipal**

dessa elevada carga de combustível florestal acumulada, o que implica um trabalho sistemático capaz que viabilize a sua redução efetiva.

A bancada do Partido Socialista, preocupada com esta situação, alerta a Autarquia para o trabalho, que ainda está por concluir, que passará por continuar a fazer mais prevenção estrutural, nomeadamente na manutenção e beneficiação da rede viária florestal, a manutenção dos pontos de água, a manutenção das faixas de combustíveis.

Sendo o único concelho do distrito de Viana do Castelo, com um plano de fogo controlado, seria importante o Município dar continuidade à sua execução.

Vila Nova de Cerveira, 26 de Setembro de 2014

O Deputado Municipal

Manuel Soares

ANEXO 19

AM Vnc 2014/09/26
Wf.

Sr. Presidentes da Assembleia Municipal

Srs Deputados da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da camara Municipal

Senhores Vereadores,

Minhas senhoras e meus senhores

Balanço do 1º ano de responsabilidade na gestão do Município de Cerveira

Estamos em vésperas de se completar um ano sobre o acto eleitoral que deu a vitória às listas apoiada pelo Movimento Independente Pensar Cerveira – Pense, para o Município de Vila Nova de Cerveira e desde já podemos fazer um balanço muito positivo do trabalho desenvolvido pelos eleitos quer na Camara Municipal quer nas freguesias, em quem os cerveirenses livremente depositaram a confiança para administração do seu município.

Um ano passado e pode constatar-se que o Município de Vila Nova de Cerveira apresenta indicadores económicos, sociais e culturais muito positivos num quadro nacional adverso onde primam os cortes e restrições orçamentais de várias ordens. As receitas são parcas mas as despesas abundam.

O orçamento encolhe mas os serviços públicos continuam assegurados e a dar plena satisfação às necessidades de todos os cerveirenses, as pessoas mais frágeis, idosos e crianças são apoiadas.

Os equipamentos públicos, alguns com várias décadas de actividade mereceram uma atempada atenção e intervenção, como é o caso da Piscina Municipal e a rede de saneamento básico.

Outros equipamentos continuam a ser construído para melhoria da qualidade de vida de todos os cerveirenses e visitantes como à o caso da 2ª fase da ecovia norte,

O município apresenta resultados de execução orçamental muito além do que seria expectável num contexto adverso de reduzida actividade económica.

Estamos certo de que nem tudo se fará de um dia para o outro mas, o principal são as pessoas e os seus problemas mais imediatos

Da Camara Municipal espera-se a constante na procura das soluções mais adequadas à resolução dos problemas dos cerveirenses, Os cerveirenses que nos confiaram o seu voto e por via dele a sua representação, merecem todo o empenho e dedicação nas tarefas que nos ocupam, sempre tendo como objectivo final o progresso de V. N. de Cerveira e o consequente bens estar e conforto dos cerveirenses.

É pois disso que se trata, e é para isso todos devemos contribuir.

Sr Presidente,

Valeu a pena a apresentação deste projecto Independente que tantos cerveirense apoiaram como a sua execução tem vindo a demonstrar, num clima de dialogo construtivo com todos.

Terá sempre da nossa parte nesta Assembleia uma actuação atenta e empenhada nas melhores soluções para os problemas, que bem sabemos serem muitos e complexos, nesta situação de emergência económica e financeira em que todos estamos mergulhados.

Não deixaremos de chamar a atenção quando considerar-mos que as soluções propostas ou em discussão não sejam as mais adequadas ou

oportunas, ou não defendam convenientemente os supremos interesses dos Cerveirenses.

Todavia, há que assinar que vale a pena.

Muito Obrigado

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, connected strokes. It appears to be a stylized representation of a name, possibly starting with a capital 'M' or 'J'.

Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores
Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Caros Colegas
Estimado Público

ANEXO 20
AM VNC 2014/09/28
W
F

Terminada a época de férias, todos regressam aos seus trabalhos com a firme convicção de poderem voltar a conquistar e a merecer, para o próximo ano, desse descanso.

Convivi de perto com aqueles que visitaram o nosso conselho durante esse período e registei algumas das suas preocupações, que ao fim e ao cabo são também as minhas e com certeza serão também as vossas preocupações.

O aumento de tráfego automóvel é deveras significativo, ^{para a segurança} principalmente nas freguesias mais do interior, com o grande afluxo de emigrantes, de naturais residentes noutras zonas do país ou de turistas que procuram as ofertas de infraestruturas existentes para aí passarem as suas férias.

Nas conversas casuais mantidas com essas pessoas registei a sua preocupação pela falta de segurança oferecida em algumas vias de comunicação do interior do nosso concelho, quer para o trânsito pedonal quer para o trânsito automóvel. A falta de sinalização, quer horizontal (lombas e passadeiras de peões), quer vertical (informativa) junto a estabelecimentos comerciais e edifícios públicos cujas fachadas principais se encontram mesmo junto às faixas de rodagem, é preocupante. É preocupante porque regra geral essas casas se encontram em cima de curvas, no fim de rectas mais ou menos longas, convidativas ao desrespeito dos limites de velocidade. É de arrepiar a velocidade com que passam junto desses locais e só por milagre é que ainda não aconteceu nenhum acidente mortal.

Outra preocupação tem a ver com os cães abandonados que vagueiam por essas freguesias, principalmente em época de caça. Algum iluminado acabou com os canis municipais e criou o inter-municipal em Ponte do Lima, transportando a responsabilidade de denunciar situações de abandono e recolha temporária ao cidadão! Ninguém o faz porque não se sente na obrigação de tal. Assistimos a autênticas romarias de animais abandonados e famintos, a invadir propriedades particulares, a destruírem capoeiras, a virar sacos e a rondar caixotes de lixo à procura de comida.

Tanto para a primeira situação como para a segunda, e independentemente de quem tenha de agir, é necessário que alguém faça alguma coisa. Peço ao senhor Presidente da Câmara que em conjunto com os senhores Presidentes de Junta, encontre solução para banir estas situações que para além de darem uma má imagem, causam mau estar e insegurança na população.

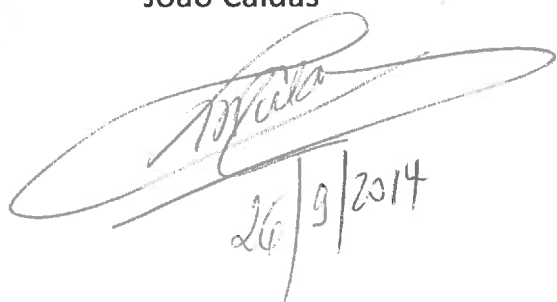
Por último, e embora já me tivesse sido transmitido que o resultado das análises efectuadas às ovelhas que apareceram mortas em Covas concluiu que tal não se deve a ataque de lobo, permitam-me que discorde. Há testemunhas oculares que dizem ter visto um animal que podia ser tudo menos cão. Na freguesia de Gondar, onde também apareceu morta uma ovelha, há quem afirme ter visto o lobo. Se foi lobo e veio em pleno verão ao centro dos povoados procurar alimento, o que irá acontecer no inverno? Se foi cão, não foi nenhum caniche que matou todos esses animais, mas sim cão de grande porte e potencialmente perigoso.

Quer tenha sido lobo, quer tenha sido cão, algo tem de ser feito, pois os proprietários de rebanhos estão sem saber o que fazer, colocando a hipótese de abandonar a actividade; a população receia percorrer caminhos mais ermos de acesso a propriedades com medo de ser atacada e os turistas receiam dar as suas caminhadas pelos trilhos que atravessam zonas florestais densas.

Ninguém quer a responsabilidade, mas ela é de alguém. Repovoar a Serra de Arga com lobos sem que primeiramente fossem criadas condições cinegéticas para a sua sobrevivência, dá que pensar. E como eu ainda vou pensando, deixo aqui o meu alerta.

Obrigado.

João Caldas



26/9/2014

EXMº SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EXMªS SENHORAS SECRETÁRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EXMº SENHOR PRESIDENTE DO MUNICIPIO

EXMºS SENHORES VEREADORES

EXMºS SENHORES DEPUTADOS E RESTANTES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIGNÍSSIMOS REPRESENTANTES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

A todos saudamos com muita estima e amizade e dos temas em debate nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26/09/2014, apesar de todos serem muito importantes, dois deles merecem no entanto especial destaque. Referimo-nos em concreto ao constante do primeiro e último pontos da Ordem de Trabalhos (Proposta de Regulamento do Concelho Municipal de Juventude de Cerveira) e Comissão de Trabalho (Orçamento Participativo; Bienal e FGM) – apresentação de trabalho realizado, e porquê! Perguntarão com toda a lógica da razão. Respondemos então!... “ porque são direccionados essencialmente a um público – alvo muito específico” -, ou seja aos jovens, e é do conhecimento geral que especialmente esta faixa etária enfrenta desafios e dificuldades de extrema angustia, pelo facto de quando cessam os seus estudos sentem a profunda frustração de não conseguirem uma janela de oportunidade, em matéria de estabilidade, quer de emprego, quer a nível de melhores condições sociais e outras, que lhes proporcionariam uma vida mais tranquila e sem sobressaltos mas infelizmente tal não acontece e assim são entregues a si próprios e com alguma sorte poderão descortinar um emprego sempre precário,

e se isso não suceder, vivem a expensas de familiares, ou então não lhes resta outra alternativa senão emigrar.

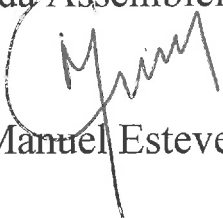
Em boa verdade estes três fatores conduzem inexoravelmente ao mais completo desânimo e alheamento das elementares normas da vivencia em sociedade, pois sentem claramente que dela não fazem parte, concluído que este estado calamitoso a que chegaram se ficou a dever de certo modo ao comportamento inapropriado e inadequado de grande parte dos agentes políticos que administraram ou administram o nosso País, daí resultando que não confiam nas promessas proferidas por estes. Em consequência dessa censurável conduta estão desencantados com essa classe e assim acreditamos que seja uma tarefa hercúlea, cativa-los e convence-los a aderirem a esta tão nobre causa, no sentido de tomarem parte de pleno e inquestionável direito deste projeto, pois só com a sua ativa participação poderão ver solucionados os reais problemas que os afetam.

Neste sentido, manifestamos a nossa absoluta concordância com o conteúdo destes dois documentos, lembrando que esse enunciado não deve ser eterno e tal como deles consta, deverão ser ajustados e atualizados de acordo com as necessidades existentes em cada momento exigem ou aconselham.

Por ultimo, queríamos deixar aqui bem vincado o nosso profundo reconhecimento e estima aos colegas das Bancadas do Partido Socialista e Movimento Independentes, que integraram a Comissão de elaboração do futuro Regulamento do Orçamento Participativo, deste Município, que sob a coordenação do Prof. Mário Afonso, promoveram um excelente e meritório trabalho.

Vila Nova de Cerveira, 26 de Setembro de 20124

O Membro da Assembleia Municipal


(Manuel Esteves)

AM VNC 2014/09/28
WJ

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal;

Digníssima Mesa;

Senhoras e Senhores Deputados;

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores,

Estimado público;

O Partido Socialista entende que a animação cultural do verão passado, embora se tenha definido pela quantidade de acontecimentos, não se vinculou a uma intensa procura do concelho que era caracterizadora do mesmo, distinguindo-se a sua animação no período estival dos concelhos limítrofes. A esta distinção não correspondeu uma afluência de público.

As noites de verão, de grande afluência no centro da vila, deixaram este ano a desejar, nem jovens, nem menos jovens, o nosso concelho perdeu o grande movimento de anos anteriores. Evidentemente a perda é de todos nós, desde a referência credenciada da atividade de Cerveira para o verão que justificava a sua procura, à marca de desenvolvimento e qualidade cultural associada e que fazia ressoar o nome Cerveira em qualquer parte, até aos devidos reflexos no comércio e na economia local.

Não poderemos responsabilizar S. Pedro e as noites frias, pois, os concelhos vizinhos também do mesmo se poderiam queixar, mas, para quem percorreu um pouco esses concelhos, foi notório as enchentes de ruas, praças e esplanadas.

O Partido Socialista deseja e espera que o executivo Municipal já no próximo verão efetue uma forte aposta na oferta cultural a todos os cerveirenses e àqueles que nos visitam. Todos estes merecedores por certo do que Cerveira tem de melhor para oferecer, além da belíssima paisagem natural que turisticamente vende por si, mas também do que a todos habitou, a arte de bem receber!

26 de setembro de 2014

As Deputadas e Deputados do Partido Socialista,

Joaquim do Nascimento Gomes Barros
Lúcia Paula
Cristina Maria Castanho Amorim Torres
Silvia Lopes Ribeiro



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Ac. Câmara

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 26/09/2014

O Presidente,

(05) PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE CERVEIRA

No seguimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião de 13 de agosto, foi novamente presente para apreciação e posterior aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Cerveira.

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de regulamento apresentada e dado que se trata de um regulamento com eficácia interna, remeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º da Lei 8/2009, de 18 de fevereiro, na sua redação atual.

27/agosto/2014

Vitor Pereira
Chefe Divisão

PROPOSTA

REGULAMENTO Conselho Municipal de Juventude de CERVEIRA

Preâmbulo

A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira reconhecendo a importância do papel dos jovens na vida social, política e cultural decidiu criar uma estrutura privilegiada de diálogo, participação cívica e tomada de decisões no que concerne aos interesses das camadas jovens de Cerveira.

Assim, surge a criação do Conselho Municipal de Juventude de Cerveira, um órgão consultivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, que tem como intuito dar um papel mais ativo às camadas jovens, para uma efetiva participação dos mesmos na gestão das políticas para a juventude, dando a conhecer as aspirações dos jovens do concelho e ficando a autarquia mais habilitada a responder aos anseios desta camada da população.

Presentemente, por força da Lei N.º 8/2009, de 18 de fevereiro, com as respetivas alterações impostas pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, que enquadra o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, torna-se imperativo a criação e implementação deste órgão de representação da juventude, definindo a sua composição, competências e regras de funcionamento.

Capítulo I – Parte Geral

Artigo 1.º

Lei Habilitante e Objeto

O presente regulamento tem por lei habilitante a Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro e cria o Conselho Municipal de Juventude de Vila Nova de Cerveira (adiante designado por CMJCERVEIRA), estabelecendo a sua composição, competências e regras de funcionamento.

Artigo 2.º

Conselho Municipal de Juventude

O CMJCERVEIRA é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política da juventude.

Artigo 3.º

Fins

O CMJCERVEIRA prossegue, nos termos da lei, os seguintes fins:

- a) Colaborar na definição e execução de políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social;
- b) Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
- c) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;
- d) Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município respetivo;
- e) Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
- f) Promover iniciativas sobre a juventude a nível local;
- g) Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes, relacionadas com a juventude;
- h) Incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- i) Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de atuação.

Artigo 4.º

Competências

Compete ao Conselho Municipal da Juventude de Vila Nova de Cerveira:

- a. Emitir pareceres, a pedido de outros órgãos municipais e no prazo por eles fixado, mas nunca inferior a 15 dias, relativo a assuntos de interesse para o Município, designadamente, sobre as iniciativas que a Câmara Municipal pretenda levar a efeito com incidência na área da juventude;
- b. Emitir parecer, no prazo fixado, mas nunca inferior a 10 dias, sobre o plano anual de atividades da Câmara Municipal, que lhe seja submetido e pronunciar-se sobre o relatório de atividades que lhe seja apresentado no que respeita à sua incidência na área da juventude;
- c. Informar a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira sobre os problemas dos jovens do concelho que requeiram apoios ou iniciativas camarárias e sejam da competência municipal, devendo formular propostas de iniciativas a realizar;
- d. Informar a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira das potencialidades de realização dos jovens e das suas estruturas a favor do Conselho promovendo a cooperação das associações juvenis com as diferentes áreas funcionais da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira na realização dos objetivos por esta definida;
- e. Pronunciar-se e fazer propostas sobre políticas de juventude, projetos e programas na área da juventude;
- f. Assegurar a ligação entre jovens residentes no município por forma a fomentar o associativismo entre jovens e a sua participação cívica;
- g. Debater temas de âmbito mais vasto que o municipal que se prendem com a situação juvenil, convidando especialistas dessas áreas para cooperar nesse debate.

Artigo 5.º

Competências eleitorais

Compete ao CMJCERVEIRA eleger um representante deste órgão no Conselho Municipal da Educação.

Artigo 6.º

Divulgação e informação

Compete ao CMJCERVEIRA, no âmbito da sua atividade de divulgação e informação:

- a. Divulgar junto da população jovem residente no município de Vila Nova de Cerveira as suas iniciativas e deliberações;
- b. Divulgar junto dos jovens residentes no município de Vila Nova de Cerveira sobre projetos, incentivos e apoios previstos na lei, aos quais se podem candidatar.

Artigo 7.º

Organização Interna

No âmbito da sua organização interna, compete ao CMJCERVEIRA:

- a. Aprovar o plano e relatório de atividades;
- b. Aprovar o seu Regimento Interno.

Artigo 8.º

Competências em matéria educativa

Compete ainda ao CMJCERVEIRA acompanhar a evolução da política de educação através do seu representante no Conselho Municipal da Educação.

Capítulo II – Composição

Artigo 9.º

Composição do Conselho Municipal da Juventude

A composição do CMJCERVEIRA é a seguinte:

- a) O Presidente da Câmara Municipal que preside ou o vereador com o pelouro da juventude da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira designado através de despacho do Presidente;
- b) Um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal;
- c) Um representante de cada associação juvenil com sede no município;
- d) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município;

- e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município;
- f) Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República.

Artigo 10.º

Observadores

O Conselho Municipal de Juventude pode, por deliberação, atribuir o estatuto de observador permanente, sem direito de voto, a outras entidades ou órgãos públicos ou privados locais, nomeadamente a instituições particulares de solidariedade social sediadas no concelho de Vila Nova de Cerveira e que desenvolvam a título principal atividades relacionadas com a juventude, bem como a associações juvenis ou grupos informais de jovens não registados na RNAJ:

Artigo 11.º

Participantes externos

1 - O Conselho Municipal de Juventude pode, por deliberação, convidar a participar nas suas reuniões, sem direito de voto, pessoas de reconhecido mérito, outros titulares dos órgãos da autarquia, representantes das entidades referidas no número anterior que não disponham do estatuto de observador permanente ou representantes de outras entidades públicas ou privadas cuja presença seja considerada útil para os trabalhos:

Capítulo III – Direitos e deveres dos membros do CMJCERVEIRA

Artigo 12.º

Direitos

1. Os membros do CMJCERVEIRA têm direito de:
 - a. Intervir nas reuniões do plenário;
 - b. Participar nas votações de todas as matérias submetidas à apreciação do CMJCERVEIRA;
 - c. Eleger um representante do CMJCERVEIRA no Conselho Municipal da Educação;

- d. Propor a adoção de recomendações pelo CMJCERVEIRA;
- e. Solicitar e obter acesso à informação e documentação necessária ao exercício do seu mandato, junto dos órgãos e serviços da autarquia, bem como das respectivas entidades empresariais municipais.

Artigo 13.º

Deveres

Os membros do CMJCERVEIRA têm o dever de:

- a. Participar assiduamente nas reuniões do conselho ou fazer-se substituir, quando legalmente possível;
- b. Contribuir para a dignificação dos trabalhos do conselho;
- c. Assegurar a articulação entre entidades que representam e o CMJCERVEIRA, através da transmissão de informação sobre os trabalhos deste.

Capítulo IV – Organização e Funcionamento

Artigo 14.º

Funcionamento

- 1. O CMJCERVEIRA pode reunir em plenário e em sessões especializadas permanentes.
- 2. O CMJCERVEIRA pode consagrar ao abrigo do seu regimento interno a constituição de uma comissão permanente que assegure o seu funcionamento entre reuniões do plenário.
- 3. O CMJCERVEIRA pode ainda deliberar a constituição de comissões eventuais de duração temporária.

Artigo 15.º

Plenário

- 1. O plenário do CMJCERVEIRA reúne ordinariamente quatro vezes por ano, sendo que uma das reuniões deverá ser destinada à apreciação e emissão de parecer em relação ao Plano de Atividades e ao orçamento dotado pelo município para

o mesmo e outra destinada à apreciação do relatório de atividade e contas do município.

2. O plenário do CMJCERVEIRA reúne ainda extraordinariamente por iniciativa do seu presidente ou mediante requerimento de pelo menos um terço dos seus membros com direito a voto.
3. No início de cada mandato o plenário elege dois secretários de entre os seus membros que, juntamente com o presidente, constituem a mesa do plenário do CMJCERVEIRA e asseguram, quando necessário, a condução dos trabalhos.
4. As reuniões do CMJCERVEIRA devem ser convocadas em horário compatível com as atividades académicas e profissionais dos seus membros.

Capítulo V

Disposições finais

Artigo 16.º

Revisão de Regulamento

O presente Regulamento poderá ser revisto por iniciativa do Presidente do CMJCERVEIRA, ou pelas alterações decorrentes da lei.

Artigo 17.º

Casos Omissos

A tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Regulamento aplica-se a legislação em vigor, nesta data a Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, na redação atual e alterações subsequentes, ou lei que venha revogar a lei expressamente referida.

Artigo 18.º

Entrada em vigor

O presente regulamento, depois de aprovado pela Assembleia Municipal, entra em vigor no dia seguinte à sua publicitação por meio de editais afixados nos lugares de estilo.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 6/2012

de 10 de fevereiro

Primeira alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro

Os artigos 4.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 15.º, 18.º, 21.º e 22.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

[...]

- a)
- b)
- c)
- d)
- e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município;
- f) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município;
- g)
- h)
- i)

Artigo 7.º

[...]

1 — Compete aos conselhos municipais de juventude pronunciar-se e emitir parecer obrigatório, não vinculativo, sobre as seguintes matérias:

- a)
- b)
- c) (Revogada.)

2 — Compete aos conselhos municipais de juventude emitir parecer obrigatório, não vinculativo, sobre projectos de regulamentos e posturas municipais que versem sobre matérias que digam respeito a políticas municipais de juventude.

3 — O conselho municipal de juventude é auscultado pela câmara municipal durante a elaboração dos projectos de actos previstos no número anterior.

4 — (Anterior n.º 3.)

5 — (Anterior n.º 4.)

Artigo 8.º

[...]

1 — Na fase de preparação das propostas de documentos relativos às alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior, a câmara municipal reúne com o conselho

municipal de juventude para apresentar e discutir as linhas gerais das políticas de juventude propostas pelo executivo municipal, assim como para que o conselho municipal de juventude possa apresentar eventuais propostas quanto a estas matérias.

2 — Após a aprovação pelo executivo municipal dos documentos a que aludem as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior, é da competência da câmara municipal enviar esses documentos bem como toda a documentação relevante para análise ao conselho municipal de juventude, solicitando a emissão do parecer obrigatório, não vinculativo, previsto no n.º 1 do artigo anterior.

3 — Para efeitos de emissão do parecer obrigatório, não vinculativo, previsto no n.º 2 do artigo anterior, a câmara municipal deve solicitá-lo imediatamente após a aprovação do regulamento para consulta pública, remetendo ao conselho municipal de juventude toda a documentação relevante.

4 — O parecer do conselho municipal de juventude solicitado no n.º 2 do artigo anterior deve ser remetido ao órgão competente para a deliberação final, no prazo máximo de 15 dias contados a partir da solicitação referida no número anterior.

5 — A não emissão de parecer obrigatório, no prazo previsto no n.º 4, não obsta à sua apreciação e aprovação pelos órgãos competentes.

Artigo 9.º

[...]

- a)
- b) Execução da política orçamental do município e respectivo sector empresarial relativa às políticas de juventude;
- c)
- d)

Artigo 10.º

[...]

Compete aos conselhos municipais de juventude eleger um representante do conselho municipal de juventude no conselho municipal de educação.

Artigo 15.º

[...]

- 1 —
- a)
- b)
- c) Eleger um representante do conselho municipal de juventude no conselho municipal de educação;
- d) (Revogada.)
- e)
- f)

2 —

Artigo 18.º

[...]

1 — O plenário dos conselhos municipais de juventude reúne ordinariamente quatro vezes por ano, sendo duas das reuniões destinadas à apreciação e emissão de

parecer em relação ao plano anual de actividades e ao orçamento do município e outra destinada à apreciação do relatório de actividades e contas do município.

2 —

3 — (Revogado.)

4 — (Revogado.)

5 — No início de cada mandato o plenário elege dois secretários de entre os seus membros que, juntamente com o presidente, constituem a mesa do plenário do conselho municipal de juventude e asseguram, quando necessário, a condução dos trabalhos.

6 —

Artigo 21.º

[...]

O apoio logístico e administrativo aos conselhos municipais de juventude é da responsabilidade da câmara municipal, respeitando a autonomia administrativa e financeira do município.

Artigo 22.º

[...]

1 — O município deve disponibilizar instalações condignas para o funcionamento do conselho municipal de juventude.

2 — O conselho municipal de juventude pode solicitar a cedência de espaço a título gratuito à câmara municipal para organização de actividades promovidas por si ou pelos seus membros e para proceder a audição com entidades relevantes para o exercício das suas competências.»

Artigo 2.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro

O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

1 —

2 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

h)

i)

j)

l)

m)

n)

o)

p) Um representante do conselho municipal de juventude.

3 —

4 —

»

Artigo 3.º

Norma revogatória

São revogadas as alíneas c) do n.º 1 do artigo 7.º e d) do n.º 1 do artigo 15.º e os n.ºs 3 e 4 do artigo 18.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro.

Artigo 4.º

Republicação

É republicado em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, a Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, com a redacção actual.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Aprovada em 16 de Dezembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 27 de Janeiro de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 31 de Janeiro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Republicação da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

A presente lei estabelece o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, estabelecendo a sua composição, competências e regras de funcionamento.

Artigo 2.º

Conselho municipal de juventude

O conselho municipal de juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude.

Artigo 3.º

Fins

Os conselhos municipais de juventude prosseguem os seguintes fins:

a) Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e acção social;

b) Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;

c) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;

d) Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município respectivo;

e) Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;

f) Promover iniciativas sobre a juventude a nível local;

g) Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionadas com a juventude;

h) Incentivar e apoiar a actividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;

i) Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de actuação.


CAPÍTULO II

Composição

Artigo 4.º

Composição dos conselhos municipais de juventude

A composição do conselho municipal de juventude é a seguinte:

 a) O presidente da câmara municipal, que preside;
b) Um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal;

c) O representante do município no conselho regional de juventude;

d) Um representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ);

e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município;

f) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município;

g) Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de actuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no município representem mais de 50 % dos associados;

h) Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República;

i) Um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional.

Artigo 5.º

Observadores

O regulamento do conselho municipal de juventude pode ainda atribuir o estatuto de observador permanente, sem direito de voto, a outras entidades ou órgãos públicos ou privados locais, nomeadamente a instituições particulares de solidariedade social sediadas no concelho e que desenvolvam a título principal actividades relacionadas

com a juventude, bem como a associações juvenis ou grupos informais de jovens não registados no RNAJ.

Artigo 6.º

Participantes externos

Por deliberação do conselho municipal de juventude, podem ser convidados a participar nas suas reuniões, sem direito de voto, pessoas de reconhecido mérito, outros titulares de órgãos da autarquia, representantes das entidades referidas no número anterior que não disponham do estatuto de observador permanente ou representantes de outras entidades públicas ou privadas cuja presença seja considerada útil para os trabalhos.

CAPÍTULO III

Competências

Artigo 7.º

Competências consultivas

1 — Compete aos conselhos municipais de juventude pronunciar-se e emitir parecer obrigatório, não vinculativo, sobre as seguintes matérias:

a) Linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constantes do plano anual de actividades;

b) Orçamento municipal, no que respeita às dotações afectas às políticas de juventude e às políticas sectoriais com aquela conexas;

c) *(Revogada.)*

2 — Compete aos conselhos municipais de juventude emitir parecer obrigatório, não vinculativo, sobre projectos de regulamentos e posturas municipais que versem sobre matérias que digam respeito a políticas municipais de juventude.

3 — O conselho municipal de juventude será auscultado pela câmara municipal durante a elaboração dos projectos de actos previstos no número anterior.

4 — Compete ainda ao conselho municipal de juventude emitir parecer facultativo sobre iniciativas da câmara municipal com incidência nas políticas de juventude, mediante solicitação da câmara municipal, do presidente da câmara ou dos vereadores, no âmbito das competências próprias ou delegadas.

5 — A assembleia municipal pode também solicitar a emissão de pareceres facultativos ao conselho municipal de juventude sobre matérias da sua competência com incidência nas políticas de juventude.

Artigo 8.º

Emissão dos pareceres obrigatórios

1 — Na fase de preparação das propostas de documentos relativos às alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior, a câmara municipal reúne com o conselho municipal de juventude para apresentar e discutir as linhas gerais das políticas de juventude propostas pelo executivo municipal, assim como para que o conselho municipal de juventude possa apresentar eventuais propostas quanto a estas matérias.

2 — Após a aprovação pelo executivo municipal dos documentos a que aludem as alíneas a) e b) do n.º 1 do

artigo anterior, é da competência da câmara municipal enviar esses documentos bem como toda a documentação relevante para análise ao conselho municipal da juventude, solicitando a emissão do parecer obrigatório, não vinculativo, previsto no n.º 1 do artigo anterior.

3 — Para efeitos de emissão do parecer obrigatório, não vinculativo, previsto no n.º 2 do artigo anterior, a câmara municipal deve solicitá-lo imediatamente após a aprovação do regulamento para consulta pública, remetendo ao conselho municipal de juventude toda a documentação relevante.

4 — O parecer do conselho municipal de juventude solicitado no n.º 2 do artigo anterior deve ser remetido ao órgão competente para a deliberação final, no prazo máximo de 15 dias contados a partir da solicitação referida no número anterior.

5 — A não emissão de parecer obrigatório, no prazo previsto no n.º 4, não obsta à sua apreciação e aprovação pelos órgãos competentes.

Artigo 9.º

Competências de acompanhamento

Compete aos conselhos municipais de juventude acompanhar e emitir recomendações aos órgãos do município sobre as seguintes matérias:

- a) Execução da política municipal de juventude;
- b) Execução da política orçamental do município e respectivo sector empresarial relativa às políticas de juventude;
- c) Incidência da evolução da situação sócio-económica do município entre a população jovem do mesmo;
- d) Participação cívica da população jovem do município, nomeadamente no que respeita ao associativismo juvenil.

Artigo 10.º

Competências eleitorais

Compete aos conselhos municipais de juventude eleger um representante do conselho municipal de juventude no conselho municipal de educação.

Artigo 11.º

Divulgação e informação

Compete aos conselhos municipais de juventude, no âmbito da sua actividade de divulgação e informação:

- a) Promover o debate e a discussão de matérias relativas à política municipal de juventude, assegurando a ligação entre os jovens residentes no município e os titulares dos órgãos da autarquia;
- b) Divulgar junto da população jovem residente no município as suas iniciativas e deliberações;
- c) Promover a realização e divulgação de estudos sobre a situação dos jovens residentes no município.

Artigo 12.º

Organização interna

No âmbito da sua organização interna, compete ao conselho municipal de juventude:

- a) Aprovar o plano e o relatório de actividades;
- b) Aprovar o seu regimento interno;

- c) Constituir comissões eventuais para missões temporárias.

Artigo 13.º

Competências em matéria educativa

Compete ainda aos conselhos municipais de juventude acompanhar a evolução da política de educação através do seu representante no conselho municipal de educação.

Artigo 14.º

Comissões intermunicipais de juventude

Para o exercício das suas competências no que respeita a políticas de juventude comuns a diversos municípios, os conselhos municipais de juventude podem estabelecer formas permanentes de cooperação, através da constituição de comissões intermunicipais de juventude.

CAPÍTULO IV

Direitos e deveres dos membros do conselho municipal de juventude

Artigo 15.º

Direitos dos membros do conselho municipal de juventude

1 — Os membros do conselho municipal de juventude identificados nas alíneas d) a i) do artigo 4.º têm o direito de:

- a) Intervir nas reuniões do plenário;
- b) Participar nas votações de todas as matérias submetidas à apreciação do conselho municipal de juventude;
- c) Eleger um representante do conselho municipal de juventude no conselho municipal de educação;
- d) *(Revogada.)*
- e) Propor a adopção de recomendações pelo conselho municipal de juventude;
- f) Solicitar e obter acesso à informação e documentação necessárias ao exercício do seu mandato, junto dos órgãos e serviços das autarquias locais, bem como das respectivas entidades empresariais municipais.

2 — Os restantes membros do conselho municipal de juventude apenas gozam dos direitos identificados nas alíneas a), e) e f) do número anterior.

Artigo 16.º

Deveres dos membros do conselho municipal de juventude

Os membros do conselho municipal de juventude têm o dever de:

- a) Participar assiduamente nas reuniões do conselho ou fazer-se substituir, quando legalmente possível;
- b) Contribuir para a dignificação dos trabalhos do conselho municipal de juventude;
- c) Assegurar a articulação entre as entidades que representam e o conselho municipal de juventude, através da transmissão de informação sobre os trabalhos deste.

CAPÍTULO V

Organização e funcionamento

Artigo 17.º

Funcionamento

1 — O conselho municipal de juventude pode reunir em plenário e em secções especializadas permanentes.

2 — O conselho municipal de juventude pode consagrar no seu regimento interno a constituição de uma comissão permanente que assegure o seu funcionamento entre reuniões do plenário.

3 — O conselho municipal de juventude pode ainda deliberar a constituição de comissões eventuais de duração temporária.

Artigo 18.º

Plenário

1 — O plenário dos conselhos municipais de juventude reúne ordinariamente quatro vezes por ano, sendo duas das reuniões destinadas à apreciação e emissão de parecer em relação ao plano anual de actividades e ao orçamento do município e outra destinada à apreciação do relatório de actividades e contas do município.

2 — O plenário dos conselhos municipais de juventude reúne ainda extraordinariamente por iniciativa do seu presidente ou mediante requerimento de pelo menos um terço dos seus membros com direito de voto.

3 — *(Revogado.)*

4 — *(Revogado.)*

5 — No início de cada mandato o plenário elege dois secretários de entre os seus membros que, juntamente com o presidente, constituem a mesa do plenário do conselho municipal de juventude e asseguram, quando necessário, a condução dos trabalhos.

6 — As reuniões dos conselhos municipais de juventude devem ser convocadas em horário compatível com as actividades académicas e profissionais dos seus membros.

Artigo 19.º

Comissão permanente

1 — Compete à comissão permanente do conselho municipal de juventude:

a) Coordenar as iniciativas do conselho e organizar as suas actividades externas;

b) Assegurar o funcionamento e a representação do conselho entre as reuniões do plenário;

c) Exercer as competências previstas no artigo 11.º que lhe sejam eventualmente delegadas pelo plenário, desde que previsto no respectivo regimento.

2 — O número de membros da comissão permanente é fixado no regimento do conselho municipal de juventude e deve ter em conta a representação adequada das diferentes categorias de membros identificados no artigo 4.º

3 — O presidente da comissão permanente e os demais membros são eleitos pelo plenário do conselho municipal de juventude.

4 — Os membros do conselho municipal de juventude indicados na qualidade de autarcas não podem pertencer à comissão permanente.

5 — As regras de funcionamento da comissão permanente são definidas no regimento do conselho municipal de juventude.

Artigo 20.º

Comissões eventuais

Para a preparação dos pareceres a submeter à apreciação do plenário do conselho municipal de juventude e para a apreciação de questões pontuais, pode o conselho municipal de juventude deliberar a constituição de comissões eventuais de duração limitada.

CAPÍTULO VI

Apoio à actividade do conselho municipal de juventude

Artigo 21.º

Apoio logístico e administrativo

O apoio logístico e administrativo aos conselhos municipais de juventude é da responsabilidade da câmara municipal, respeitando a autonomia administrativa e financeira do município.

Artigo 22.º

Instalações

1 — O município deve disponibilizar instalações condignas para o funcionamento do conselho municipal de juventude.

2 — O conselho municipal de juventude pode solicitar a cedência de espaço a título gratuito à câmara municipal para organização de actividades promovidas por si ou pelos seus membros e para proceder a audição com entidades relevantes para o exercício das suas competências.

Artigo 23.º

Publicidade

O município deve disponibilizar o acesso do conselho municipal de juventude ao seu boletim municipal e a outros meios informativos para que este possa publicar as suas deliberações e divulgar as suas iniciativas.

Artigo 24.º

Sítio na Internet

O município deve disponibilizar uma página no seu sítio na Internet ao conselho municipal de juventude para que este possa manter informação actualizada sobre a sua composição, competências e funcionamento e divulgar as suas iniciativas e deliberações.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 25.º

Regulamento do conselho municipal de juventude

A assembleia municipal aprova o regulamento do respectivo conselho municipal de juventude, do qual devem constar as disposições que instituem o órgão em cada

município, bem como as demais normas relativas à sua composição e competências, nos termos da presente lei.

Artigo 26.º

Regimento interno do conselho municipal de juventude

O conselho municipal de juventude aprova o respectivo regimento interno do qual devem constar as regras de funcionamento que não se encontram previstas no Código do Procedimento Administrativo e na presente lei, bem como a composição e competências da comissão permanente.

Artigo 27.º

Regime transitório

1 — As regras de funcionamento dos conselhos municipais de juventude existentes à data de entrada em vigor da presente lei devem ser objecto de adaptação no prazo máximo de seis meses.

2 — Os municípios que à data de entrada em vigor da presente lei não se encontrem dotados de um conselho municipal de juventude devem proceder à sua instituição, nos termos da presente lei, no prazo máximo de seis meses.

3 — As entidades representadas nos conselhos municipais de juventude devem proceder à designação dos seus representantes no prazo de 30 dias após a instituição ou adaptação dos conselhos municipais de juventude, consoante o caso.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Resolução da Assembleia da República n.º 15/2012

Institui o sobreiro como árvore nacional de Portugal

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, instituir o sobreiro como árvore nacional de Portugal.

Aprovada em 22 de Dezembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Resolução da Assembleia da República n.º 16/2012

Recomenda ao Governo a salvaguarda e valorização dos acervos dos extintos governos civis

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, recomendar ao Governo que:

1 — O espólio documental de cada governo civil seja entregue ao arquivo distrital do respectivo distrito, sob supervisão da Direcção-Geral dos Arquivos, ou do serviço que venha a suceder nas respectivas atribuições, de modo a garantir a sua preservação, tratamento arquivístico e ulterior disponibilização ao público.

2 — Os acervos compostos por obras de arte e demais objectos de relevante interesse patrimonial e cultural dos governos civis sejam confiados ao Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) para inventariação, para que pos-

teriormente, sob parecer do IMC, possam ser confiados a museus sítos nos respectivos distritos, incluindo museus municipais, tendo em conta a vocação destes face ao espólio a entregar.

Aprovada em 22 de Dezembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Resolução da Assembleia da República n.º 17/2012

Recomenda ao Governo que proceda à abertura de uma nova fase de candidatura a bolsas de acção social escolar para estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior e equacione um eventual reforço das verbas afectas aos auxílios de emergência.

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, recomendar ao Governo que:

1 — Pondere a abertura de uma nova fase de candidatura a bolsas de acção social escolar para estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior, após a análise completa das candidaturas que se encontram em fase de decisão nos Serviços de Acção Social e na Direcção-Geral do Ensino Superior.

2 — Envide esforços no sentido de agilizar a análise das candidaturas às bolsas de acção social escolar e evitar os atrasos sistémicos nas decisões das mesmas por parte dos Serviços de Acção Social.

3 — Equacione um eventual reforço das verbas afectas aos auxílios de emergência.

Aprovada em 22 de Dezembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Resolução da Assembleia da República n.º 18/2012

Relatório sobre Portugal na União Europeia 2010

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, no âmbito da apreciação da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia durante o ano de 2010, o seguinte:

1 — Expressar um juízo favorável sobre o conteúdo geral do relatório previsto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, no âmbito do processo de consulta e troca de informações entre o Governo e a Assembleia da República.

2 — Reafirmar o entendimento de que o relatório do Governo, acima citado, deverá ter também uma componente política que traduza as linhas de orientação estratégica das acções relatadas.

3 — Sublinhar que, um ano após a aprovação do Tratado de Lisboa, entrou formalmente em funcionamento o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), tendo Portugal participado, desde o primeiro momento, nos debates relativos à criação deste Serviço.

4 — Salientar que, no âmbito da construção de um espaço de liberdade, segurança e justiça, foi adoptado o Plano de Acção de aplicação do Programa de Estocolmo. Portugal participou no processo de adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

5 — Congratular-se com a adopção da Estratégia Europa 2020, enquanto instrumento estruturante para o futuro

ANEXO 24

Amc 2014/03/28
W.
-.

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal;

Digníssima Mesa;

Senhoras e Senhores Deputados;

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores,

Estimado público;

O Partido Socialista votará a favor do regulamento para o Conselho Municipal de Juventude.

Entende o Partido Socialista e entende naturalmente a Juventude Socialista que a criação do Conselho Municipal de Juventude é positiva e vem enriquecer, pelo menos assim esperamos e desejamos, a participação dos jovens na vida social, política e cultural do nosso concelho e do nosso país.

Gostaríamos, no entanto, de chamar a atenção para o processo de criação deste Conselho Municipal de Juventude, sem demagogias ou problemas em assumir que no passado não foi realizado!

Das reuniões preparatórias para a criação do Conselho Municipal de Juventude deparamos que a presença de jovens foi escassa ou mesmo inexistente. Não podemos deixar de lamentar que o envolvimento público dos jovens neste processo, desde o primeiro momento da sua criação não tenha sido efetivo o que teria correspondido a uma mais-valia concreta no seu plano de ação e nos objetivos a que o mesmo se propõe.

Não compreendemos ainda a razão que levou a Câmara Municipal a não convidar as Juventudes Partidárias a participarem neste processo desde o seu primeiro momento, sendo que as mesmas são parte constituinte do Conselho Municipal da Juventude.

Avançamos ainda assim, acreditando que este é um processo em construção e será certamente uma mais – valia para os jovens do nosso concelho e seguramente uma mais-valia para o Município de Vila Nova de Cerveira.

Joaquim do Nascimento Gomes Barros
Lúcia Lamas

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 26/09/2014 Proposta

Anexo 25

Junta nº 3

 O Presidente,

O grupo composto pelos deputados eleitos nas listas no Movimento Independente "Pensar Cerveira"; Movimento Independente Todos por Loivo; Movimento Independente Todos por Sopo; Movimento Independente todos por Candemil e Gondar; Movimento Independente Todos por Cerveira e Lovelhe e Movimento Independente Todos por Campos e Vila Meã, nesta Assembleia Municipal, vem pela presente apresentar a seguinte proposta para a eleição dos três membros que devem integrar o conselho Municipal da Juventude.

Pedro Soares Presidente da junta de Sopo

O líder da bancada

PS - JOAQUIM DO NASCIMENTO GOMES BARROSO
PSD - CLÁUDIA MARIA PINTO FERREIRA



Bancada Socialista da
Assembleia Municipal

Ponto M²3

PROPOSTA

No âmbito da Eleição de um membro da Assembleia Municipal para integrar o **Conselho Municipal da Juventude**, conforme o estipulado na alínea b) do Artigo 4.º da Lei nº 6/2012 de 10 de fevereiro e conforme ordem de trabalhos da Convocatória desta Assembleia Municipal, a Bancada do Partido Socialista propõe, o nome do Deputado Joaquim do Nascimento Gomes Barroso, pelo trabalho que este tem vindo a desenvolver nesta área.

Vila Nova de Cerveira 26 setembro 2014

[Signature]
[Signature]
Joaquim do Nascimento Gomes Barroso
Cristina Paula
Carla Maria Castelo Branco Torres
Silvia Lopes Ribeiro

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 26/05/2015

ANEXO 26

Lista A

O Presidente,

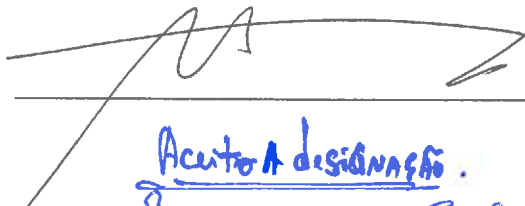
Proposta

Sim 15
Brancos 10

O grupo composto pelos deputados eleitos nas listas no Movimento Independente "Pensar Cerveira"; Movimento Independente Todos por Loivo; Movimento Independente Todos por Sopo; Movimento Independente todos por Candemil e Gondar; Movimento Independente Todos por Cerveira e Lovelhe e Movimento Independente Todos por Campos e Vila Meã, nesta Assembleia Municipal, vem pela presente apresentar a seguinte proposta para a eleição do representante no Conselho Municipal de Educação de Vila Nova de Cerveira.

Ana Montenegro Presidente da junta de Loivo

O líder da bancada


Aceito a designação.
Ana Maria de Paula Montenegro



Bancada Socialista da
Assembleia Municipal

PROPOSTA

Lista B

eliminando 3m

destroçando

No âmbito da Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o **Conselho Municipal de Educação de Vila Nova de Cerveira**, conforme o estipulado no Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro e conforme ordem de trabalhos da Convocatória desta Assembleia Municipal, a Bancada do Partido Socialista propõe o nome do Deputado e Presidente de Junta de Freguesia de Covas, Rui Manuel Sousa Esteves pela sua experiência na área da educação.

Vila Nova de Cerveira 26 setembro 2014

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Luísa Paule
Conde Maria Carolina Augusto Torres

Silva Lopes Ribeiro

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO 28



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 11/12/2014
REVogado em Sessão de 06/05/2014
O Presidente,
O Presidente,

Ac. Câmara

(02) PROPOSTA – TAXA IMI 2015

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:

**“PROPOSTA
TAXA IMI 2015**

Nos termos do CIMI, publicado através do DL n.º 287/2003, de 12 de novembro, e conforme o previsto no n.º 5 do art.º 112.º, do referido diploma "... Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1. ...".

A alínea b), foi revogada pela Lei 83-C/2013, de 31.12 (Orçamento do Estado para 2014) e a alínea c) do n.º 1 do art.º 112º refere os intervalos das taxas do imposto para prédios urbanos, a qual deve ser fixada anualmente:

c) - prédios urbanos: 0,3% a 0,5%.

Mantendo-se para 2015, os fundamentos que determinaram, a seu tempo, a implementação e continuidade da política fiscal em sede de IMI, ou seja e genericamente:

1º - Não onerar de forma excessiva as famílias e as empresas e incentivar a sua permanência e fixação na área do concelho de Vila Nova de Cerveira;

2º - Promover e dar continuidade a um esforço que se pretende seja real, de recuperação de prédios urbanos que se encontram em situação de manifesta degradação.

Assim sendo importará que a Assembleia Municipal, na sua próxima reunião ordinária, delibere sobre estas matérias para que até 30 de novembro próximo seja comunicado à Direcção-Geral dos Impostos, quais as taxas a vigorar em 2015, na área do Município de Vila Nova de Cerveira.

Considerando o atrás exposto, nomeadamente, quanto aos objectivos traçados e propostos pelo executivo de incentivo à fixação na área do Município e penalização dos proprietários de prédios urbanos degradados;

Considerando que a nova Lei das Finanças Locais, entretanto em vigor desde 01 de janeiro de 2014, implica a necessidade em reforçar as políticas de arrecadação de receitas próprias dos municípios, o que condiciona a possibilidade de qualquer desagravamento fiscal,

PROPONHO

1. Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, nos termos da lei, a fixação das taxas do IMI, do seguinte modo:

- Taxa da alínea c) -Prédios urbanos: 0,3%.

2. Que, nos termos previstos no n.º 8, do art.º 112 do CIMI, de 12 de novembro, a Assembleia Municipal, fixe em 30% o índice de majoração a aplicar à taxa de IMI de todos os prédios urbanos considerados degradados, nos termos previstos no referido Código.

Paços do concelho de Vila Nova de Cerveira, 06 de julho de 2014”

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta apresentada e remetê-la à Assembleia Municipal para deliberação.

13/agosto/2014



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA

TAXA IMI 2015

Nos termos do CIMI, publicado através do DL n.º 287/2003, de 12 de novembro, e conforme o previsto no n.º 5 do art.º 112.º, do referido diploma "... Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1. ...".

A alínea b), foi revogada pela Lei 83-C/2013, de 31.12 (Orçamento do Estado para 2014) e a alínea c) do n.º 1 do art.º 112º refere os intervalos das taxas do imposto para prédios urbanos, a qual deve ser fixada anualmente:

c) - prédios urbanos: 0,3% a 0,5%.

Mantendo-se para 2015, os fundamentos que determinaram, a seu tempo, a implementação e continuidade da política fiscal em sede de IMI, ou seja e genericamente:

1º - Não onerar de forma excessiva as famílias e as empresas e incentivar a sua permanência e fixação na área do concelho de Vila Nova de Cerveira;

2º - Promover e dar continuidade a um esforço que se pretende seja real, de recuperação de prédios urbanos que se encontram em situação de manifesta degradação.

Assim sendo importará que a Assembleia Municipal, na sua próxima reunião ordinária, delibere sobre estas matérias para que até 30 de novembro próximo seja comunicado à Direcção-Geral dos Impostos, quais as taxas a vigorar em 2015, na área do Município de Vila Nova de Cerveira.

Considerando o atrás exposto, nomeadamente, quanto aos objectivos traçados e propostos pelo executivo de incentivo à fixação na área do Município e penalização dos proprietários de prédios urbanos degradados;

Considerando que a nova Lei das Finanças Locais, entretanto em vigor desde 01 de janeiro de 2014, implica a necessidade em reforçar as políticas de arrecadação de receitas próprias dos municípios, o que condiciona a possibilidade de qualquer desagravamento fiscal,

PROPONHO



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

1. Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, nos termos da lei, a fixação das taxas do IMI, do seguinte modo:

- Taxa da alínea c) -Prédios urbanos: 0,3%.

2. Que, nos termos previstos no n.º 8, do art.º 112 do CIMI, de 12 de novembro, a Assembleia Municipal, fixe em 30% o índice de majoração a aplicar à taxa de IMI de todos os prédios urbanos considerados degradados, nos termos previstos no referido Código.

Paços do concelho de Vila Nova de Cerveira, 06 de julho de 2014

O Presidente da Câmara Municipal,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Fernando Brito Nogueira', written over the printed name.

João Fernando Brito Nogueira

MORADIAS DESABITADAS E EM APARENTE MAU ESTADO

LOCALIDADE	NOME DO PROPRIETÁRIO	MORADA DO PROPRIETÁRIO	NÚMERO DE CONTRIBUINTE	NÚMERO DO ARTIGO	VALOR PATRIMONIAL
Av. da Estação V. N. C.	Joaquina Caldas Rodrigues Cunha	Lugar de Gândara 4970-285 PROZELO	143 754 211	U – 540	2 943,46 €
Av. da Estação V. N. C.	Royco Promoções Imobiliárias, Lda.	Cossourado 4940- P. COURA	504 576 518	U – 200	3 679,79 €
R. Queirós Ribeiro, nº 35 / 39 – V. N. C.	Manuel Pedro Cerqueira Soares	Lugar da Igreja 4920-130 SOPO	203 450 434	U – 250	2 551,85 €
R. Queirós Ribeiro, nº 55 / 61 – V. N. C.	Agostinho Gonçalves lopes	Av. 1º Outubro, nº 16 4920-248 V. N. C.	141 728 981	U – 254	87 990,00 €
R. Queirós Ribeiro, nº 63 / 71 – V. N. C.	Agostinho Gonçalves lopes	Av. 1º Outubro, nº 16 4920-248 V. N. C.	141 728 981	U – 256	
R. Queirós Ribeiro, nº 92 / 94 – V. N. C.	Ana Paula Guerreiro Dias	Formiga – Lovelhe 4920-081 LOVELHE	187 716 471	U – 234	735,86 €
Pr. Alto Minho V. N. C.	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Lda	C. C. Sª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 800	22 502,77 €
L. go S. Sebastião V. N. C.	Mário Tarón de Oliveira	Agueiros – Gondarém 4920-062 GONDARÉM	106 794 620	U – 280	705,35 €
R. Costa Pereira, nº 8 – V. N. C.	João Manuel Coelho Rodrigues	Lugar de Casais, nº 11 4930-355 GANFEI	227 410 289	U – 300	18 398,02 €
R. Costa Pereira, nº 10 - V. N. C.	Maria Esperança Coelho Nunes	Lugar de Cacharia, 69 4930-355 GANFEI	143 869 850	U – 302	20 237,70 €
R. Costa Pereira, V. N. C.	Mário Tarón de Oliveira	Agueiros – Gondarém 4920-062 GONDARÉM	106 794 620	U – 306	6 255,31 €
R. Costa Pereira, V. N. C.	Mário Tarón de Oliveira	Agueiros – Gondarém 4920-062 GONDARÉM	106 794 620	U – 478	1 103,80 €
Rua das Cortes V. N. Cerveira	Panificadores Unidos do Concelho de Caminha	Cruz Vermelha 4910- CAMINHA	500 211 043	U – 156	735,86 €

MORADIAS DESABITADAS E EM APARENTE MAU ESTADO



LOCALIDADE	NOME DO PROPRIETÁRIO	MORADA DO PROPRIETÁRIO	NÚMERO DE CONTRIBUINTE	NÚMERO DO ARTIGO	VALOR PATRIMONIAL
Rua das Cortes V. N. Cerveira	Laura Maria P. Pinto – Cabeça de casal da herança de	R. Montepio Geral, 31-3º E. 1500-464 LISBOA	703 941 739	U – 164	45 510,00 €
Rua das Cortes V. N. Cerveira	Daniel José B. Carvalho – Cabeça de casal da herança de Delfina Glória Barbosa – Cabeça de casal da herança de	Rua 25 de Abril, nº 57 4920-250 V. N. C. Rua das Cortes 4920-267 V. N. C.	706 215 745 707 412 986	U – 428	13 682,16 €
Rua das Cortes V. N. Cerveira	Manuel Joaquim da Cunha Pacheco	Lugar do Outeiro da Forca 4920-267 V. N. C.	110 638 093	U – 553	2 207,60 €
Areal V. N. Cerveira	Ana Fernandez Ordonhez	Lagos – Gondarém 4920-061 GONDARÉM	273 988 468	U – 458	11 000,00 €
Prado V. N. Cerveira	Manuel Pereira da Rocha	Prado 4920-205 V. N. C.	145 691 594	U – 84	5 450,00 €
Prado V. N. Cerveira	Manuel António Tenedório	Rua das Cortes 4920-267 V. N. C.	106 223 437	U – 82	613,37 €
Prado V. N. Cerveira	Beatriz Mª G. M. Dantas Manuel José G. Dantas	Prado 4920-205 V. N. C.	130 888 362 132 138 352	U – 48	248,62 €
R. D. Manuel I, Lote 16 – V. N. C.	António Fernandes da Silva	R. da Boavista, nº 1 4700-565 MIRE TIBÃES	704 697 483	U – 720	3 471,41 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Lda	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 444	8 028,65 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Lda	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 795	3 408,59 €

MORADIAS DESABITADAS E EM APARENTE MAU ESTADO

LOCALIDADE	NOME DO PROPRIETÁRIO	MORADA DO PROPRIETÁRIO	NÚMERO DE CONTRIBUINTE	NÚMERO DO ARTIGO	VALOR PATRIMONIAL
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 889	58 206,64 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 890	52 663,16 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 891	29 103,32 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 965	379 175,13 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 966	377 577,38 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 967	377 183,13 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 968	536 128,13 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 969	14 078,88 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	U – 970	146 204,50 €

MORADIAS DESABITADAS E EM APARENTE MAU ESTADO

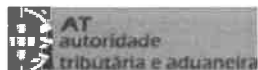
LOCALIDADE	NOME DO PROPRIETÁRIO	MORADA DO PROPRIETÁRIO	NÚMERO DE CONTRIBUINTE	NÚMERO DO ARTIGO	VALOR PATRIMONIAL
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	R – 165	97,79 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	R – 167	19,03 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	R – 169	43,64 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	R – 171	7,23 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	R – 173	49,56 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	R – 177	0,31 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	R – 179	482,22 €
Lourido V. N. Cerveira	Belo Cais – Compra e Venda de Bens Imobiliários, Ld ^a	C. C. Stª Cruz, Lj. AA 4920-000 V. N. C.	505 247 771	R - 944	16,16 €
Outeiro Loivo	Mª Manuel Von Mayer R. B. Trindade	Al. Eça Queirós, 197-2º E 4200-274 PORTO	149 820 712	U – 180	
Val Mentrestido	Miguel Nuno de Araújo Jorge Pinto de Sousa	R. Pero Escobar, nº 340 – Leça da Palmeira 4450-771 MATOSINHOS	193 856 115	U - 67	
Val Mentrestido	Miguel Nuno de Araújo Jorge Pinto de Sousa	R. Pero Escobar, nº 340 – Leça da Palmeira 4450-771 MATOSINHOS	193 856 115	U - 159	

SEXTA FEIRA, 08 AGOSTO
2014

PORTAL DAS FINANÇAS

PESQUISA

OK



Você está aqui , Início , Informação Fiscal , Códigos Tributários , CIMI ,

A AT

A AT no Youtube

A AT no Twitter

Atualidade

Apoio ao Contribuinte

Informação Fiscal

Estatísticas

Serviços Tributários

Serviços Aduaneiros

Downloads

Ligações a Sites

Portuguese Tax System

Venda de Bens
Penhorados

Lista de Devedores

Explorer 2004 Series 1

Transacções
Intracomunitárias

e-Learning

CONTACTE-NOS



CAPÍTULO X Taxas

Artigo 112º Taxas

1 - As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes:

- a) Prédios rústicos: 0,8%;
- b) (Revogada.) (Redacção da lei n.º 83-C/2013 - 31/12)
- c) Prédios urbanos - de 0,3 % a 0,5 %.(Redacção da lei n.º 83-C/2013 - 31/12)

2 - Tratando-se de prédios constituídos por parte rústica e urbana, aplica-se ao valor patrimonial tributário de cada parte a respectiva taxa.

3 - As taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio. (Redacção dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro)

4 - Para os prédios que sejam propriedade de entidades que tenham domicílio fiscal em país, território ou região sujeito a regime fiscal claramente mais favorável, constantes de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, a taxa do imposto é de 7,5 %. (Redacção dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro)

5 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, podendo esta ser fixada por freguesia. (Redacção do artigo 2.º da Lei 64/2008, de 5 de Dezembro; produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2008)

6 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objecto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto. (anterior n.º5)

7 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, que pode ser cumulativa com a definida no número anterior. (anterior n.º6)

8 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. (anterior n.º7)

9 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido.(Red. da Lei 21/2006-23/06)

10 - Consideram-se prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono aqueles que integrem terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração, e em que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições: (Red. da Lei 21/2006-23/06)

- a) Não estarem incluídos em zonas de intervenção florestal (ZIF), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto;
- b) A sua exploração não estar submetida a plano de gestão florestal elaborado, aprovado e executado nos termos da legislação aplicável;
- c) Não terem sido neles praticadas as operações silvícolas mínimas necessárias para reduzir a continuidade vertical e horizontal da carga combustível, de forma a limitar os riscos de ignição e propagação de incêndios no seu interior e nos prédios confinantes.

11 - Constitui competência dos municípios proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono e à identificação dos respectivos proprietários, até 30 de Março de cada ano, para posterior comunicação à Direcção-Geral dos Impostos. (Red. da Lei 21/2006-23/06)

12 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução até 50 % da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. (Redacção dada pelo artigo 215.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)

13 - As deliberações da assembleia municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à

Direcção-Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro.

(Redacção dada pela Lei n.º 53-A/2006, de 29/12) (Anterior n.º 12.)

14 - No caso de as deliberações compreenderem zonas delimitadas de freguesias ou prédios individualmente considerados, das comunicações referidas no número anterior deve constar a indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos, bem como o número de identificação fiscal dos respectivos titulares.

(Redacção dada pela Lei n.º 53-A/2006, de 29/12) (Anterior n.º 13.)

15 - Para efeitos da aplicação da taxa do IMI prevista no n.º 3, a identificação dos prédios ou fracções autónomas em ruínas compete às câmaras municipais e deve ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos, nos termos e prazos referidos no n.º 13.

(Redacção dada pelo artigo 93.º da Lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro)

16 - O disposto no n.º 4 não se aplica aos prédios que sejam propriedade de pessoas singulares.

(Aditado pelo artigo 9.º da Lei 20/2012, de 14 de Maio)

Nota: A nova redacção dada ao artigo 112.º do Código do IMI é aplicável ao imposto respeitante aos anos de 2011 e seguintes. [Art.º 9.º, n.º 2 da Lei n.º 20/2012 - 14/05]

Versão em vigor até:

- Dezembro de 2013
- Dezembro de 2012
- Abril de 2012
- Dezembro de 2011
- Dezembro de 2010
- Dezembro de 2008
- Dezembro de 2008
- Dezembro de 2006

...

Contém as alterações seguintes:

- Lei n.º 83-C/2013 - 31/12
- Lei n.º 66-B/2012, - 31/12
- Lei n.º 20/2012 - 14/05
- Lei n.º 64-B/2011 - 30/12
- Lei n.º 55-A/2010 - 31/12
- Lei n.º 64-A/2008 - 31/12
- Lei n.º 64/2008 - 05/12
- Lei n.º 53-A/2006 - 29/12

...

Contém as alterações seguintes:

- Lei n.º 20/2012 - 14/05

...



Carta do Utente
Estatísticas

Conheça a Administração Fiscal e Aduaneira
Privacidade Mapa do Sítio

Questões Frequentes

Dúvidas e Sugestões

Última Actualização em 16-01-2014 | Autoridade Tributária e Aduaneira





MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ac. Câmara *Unanimidade* APROVADO em Sessão de 26/07/2014
O Presidente,

(03) FIXAÇÃO DE TAXAS – LICENCIAMENTO ZERO

Foi presente uma informação contendo uma proposta de taxas a fixar no âmbito do Licenciamento Zero.

A Câmara Municipal, após os esclarecimentos prestados, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável e remeter as mesmas à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc), conjugado com o artigo 25.º, n.º 1 alínea b), anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

30/julho/2014



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

DAG

INFORMAÇÃO

No âmbito do Programa Simplex, em que foi publicado o Decreto-Lei 48/2011, de 01 de abril, simplificou-se o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas, no contexto da iniciativa designada “Licenciamento zero”.

Este diploma que visa a desmaterialização e a simplificação do regime de licenciamento de diversas atividades económicas, destina-se a reduzir encargos administrativos sobre empresas e cidadãos, mediante a eliminação de licenças, autorizações, autenticações, certificações, e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço da fiscalização, aprovando assim um novo paradigma na administração local, com profundas alterações ao nível da matriz tributária municipal.

Prevê-se agora, para além da figura tradicional do licenciamento aplicável aos atos que não se encontram previstos no Decreto-Lei 48/2011, de 01 de abril, o procedimento de informação de viabilidade, de mera comunicação prévia e de comunicação prévia com prazo.

Com vista a cumprir o objetivo apontado, o diploma define um modelo que processará via eletrónica, através de um Balcão Único Eletrónico, designado “Balcão do Empreendedor”, criado pela Portaria 131/2011, de 04 de abril.

Nesse sentido procede-se à alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Vila Nova de Cerveira, mais precisamente o Título II “Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas municipais, revogando-se todas as taxas previstas neste título que contrariem os procedimentos do referido Decreto-Lei 48/2011, de 01 de abril e as taxas constantes do documento que se anexa.

28-07-2014


Vitor Pereira

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 26/09/2014

Ac. CâmaraPresidente, *[assinatura]***(03) PRIMEIRA CORREÇÃO DO PDM DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

Foi presente proposta elaborada pela Divisão de Serviços Municipais – Gabinete de Planeamento e Projeto, explicitando as correções que se pretendem introduzir na primeira correção do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Cerveira, que se anexa.

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar as correções ao PDM de Vila Nova de Cerveira e comunicar as mesmas à Assembleia Municipal e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, conforme disposto no artigo 97.º A do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro.

10/setembro/2014*[assinatura]*Vitor Pereira
Chefe de Divisão



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
DIVISÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

3

ASSUNTO: Plano Diretor Municipal (PDM) – 1ª Correção

- Introdução de correções ao abrigo do artigo 97º-A do DL n.º 380/99 – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGTT)

INFORMAÇÃO TÉCNICA

No âmbito da implementação do Plano Diretor Municipal foi detetada a existência dos seguintes incorreções materiais:

- Planta de Condicionantes I
 - Segundo a Planta de Condicionantes I do PDM – Fls. A / B / C – a Freguesia de Vila Nova de Cerveira encontra-se parcialmente abrangido pelo ao regime florestal. No entanto em 22/22/2012, através do ofício - ref. OF/361/DRFN-UGFM/2012, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP informou que “ ... toda a área, da freguesia de Vila Nova de Cerveira, submetida a RF, foi retirada, daquele regime, uma vez que se verificou não existir suporte legislativo para a sua inclusão em Perímetro Florestal”;
 - De acordo com a informação fornecida pela EDP – ofício ref. 53/12/RCNER – a representação da Rede Elétrica identificada na Planta de Condicionantes I – Fls. A / B / C / D / E - não abrange todos os traçados das linhas existentes.
- Planta de Condicionantes II
 - De acordo com o disposto no artigo 1º do DL n.º 327/90, na redação em vigor, a condicionante aplicável às áreas percorridas por incêndios tem a vigência de 10 anos.
 - A Planta de Condicionantes II identifica, ainda, as áreas percorridas por incêndios respeitantes aos anos de 2000 / 2001/ 2002 - Fls. A / B / C / E - e, em contrapartida, não contem os anos posteriores a 2009.
- Planta de Ordenamento
 - De acordo com o disposto na alínea f) do artigo 17º, do regulamento do PDM, a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) abrange a Rede Natura (RR).
 - A identificação da EE contida na Planta de Ordenamento – Fls. A / B – não abrange o solo urbano integrado em RR contrariamente ao disposto no artigo 17º, alínea f), do regulamento do PDM.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

DIVISÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

○A delimitação da Unidade de Execução (EU 01) – Fls. A - apresenta discrepâncias relativamente aos limites cadastrais da área de intervenção não incluindo a confrontação com o caminho municipal n.º 1029, a edificação existente e o espaço exterior contíguo.

A correção de erros e discrepâncias nos instrumentos de gestão territorial é admissível ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 97º - A do RJIGT.

Face ao exposto propõe-se à consideração superior aprovar, ao abrigo do artigo N.º 97-A do Decreto-Lei n.º380/99 – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua redação em vigor, as correções ao Plano Diretor Municipal a seguir identificadas:

1. Por manifesto erro cartográfico na representação do Regime Florestal, conforme comunicação do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, de 06 de março de 2013, onde informava que *“toda área, da freguesia de Vila Nova de Cerveira, submetida a Regime Florestal, foi retirada daquele regime, uma vez que se verificou não existir suporte legislativo para a sua inclusão em Regime Florestal”*, procede-se à correção da Planta de Condicionantes ao abrigo da alínea b) do artigo 97º-A, do RJIGT;
2. Por manifesto erro cartográfico na representação da Rede Elétrica, procede-se, ao abrigo da alínea b) do artigo 97º-A do RJIGT, à correção do traçado da rede elétrica constante na Planta de Condicionantes, de acordo com a informação fornecida pela EDP;
3. Por incongruência entre o artigo 17.º do Regulamento e a Planta de Ordenamento, procede-se, ao abrigo da alínea c) do RJIGT, à correção material da Planta de Ordenamento, da delimitação da Estrutura Ecológica Municipal;
4. Por manifesto erro cartográfico na representação das Áreas Percorridas por incêndios, procede-se, ao abrigo da alínea b) do artigo 97º-A, do RJIGT à correção da Planta de Condicionantes II do PDM de Vila Nova de Cerveira;
5. Por incorreção da delimitação cadastral da categoria Área de Atividades Económicas Tipo B / Unidade de Execução 01, procede-se, ao abrigo da alínea a) do artigo 97º-A, do RJIGT, à correção da Planta de Ordenamento do PDM de Vila Nova de Cerveira.

As correções identificadas produzem alterações nas seguintes peças do Plano:

- Planta de Ordenamento, folhas A, B,C,D, E;



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

DIVISÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

-
- Planta de Concionastes I, folhas A, B,C,D, E;
 - Planta de Condicionantes II, folhas A, B,C,D, E;

Após aprovação da declaração de correção do PDM, e para efeitos de aplicação conjugada do disposto no n.º 2 com o n.º 3 do artigo 97º - A do RJIGT deverá, após aprovação da declaração de correção, seguir-se o seguinte procedimento:

1. Comunicação da “Declaração” à Assembleia Municipal e à Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional – Norte
2. Publicação em Diário da Republica II série, através da plataforma SSAIGT;
3. Envio para depósito nos termos do artigo 150º do RJIGT

V.N.C. 9/9/2014

Sónia Fernanda Duarte Antunes (Tec. Sup. Planeamento/ Geógrafa)



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 10/09/2014

Ac. Câmara

O Presidente,

(09) ACÁCIO ROCHA PARENTE – PROPOSTA DE COMPRA DE TERRENO

Foi presente um requerimento do senhor Acácio Rocha Parente, registado nesta Câmara Municipal sob o n.º 6086, no qual solicita a aquisição de um terreno junto da sua propriedade, sito na Rua Martins Vicente, cuja propriedade é da Câmara Municipal e que se encontra afeto ao domínio público. Foi feita a respetiva avaliação pelos Técnicos da Câmara Municipal sendo o valor da referida avaliação de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros).

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido de compra do terreno identificado em planta e remeter o mesmo à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º n.º 1 alínea q), Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para desafetação do referido terreno do domínio público municipal.

10/setembro/2014



9

Processo N° GSE-CRE 6086/2013***gseEE.6086.2013***
gseEE.6086.2013**Data Entrada** 12-08-2013**Tipo Doc.** Requerimento**Requerente** Acacio Rocha Parente**Morada** Rua do Forte N° 22 4920 VILA NOVA DE CERVEIRA**N° Contrib.** 154797260**Telefone****Assunto** Assuntos para Reunião de Câmara**Detalhes** REQT° N° 582/13-Solicita que a Camara Municipal lhe venda o terreno junto a sua propriedade-
RSP N° 132/13-**Registado por** MFCASTRO/SAAUO - Administrativos

RJP Nº 132/13
Câmara de Cerveira
Reg. 582/2013
09/08/2013



[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

PETIÇÕES DIVERSAS

Entrada Ext. 6086/2013
12/08/2013
Class: D.01
MECASTRO SAAVO-ADM

Recebi o original e conferi documentos
_____/_____/200____

Exm.º Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Vila Nova de Cerveira

(1) Acácio Rolo Parente, contribuinte fiscal/pessoa colectiva n.º 15477260, residente/com sede em #2 Rua do Fort N.º 22, freguesia de Vila Nova de Cerveira Concelho de V.N. Cerveira Código postal 4920, telefone 968454948, endereço electrónico _____, estado civil _____, portador do (2) _____ na qualidade de (3) Proprietário, vem requerer a V.ª Ex.ª Solicita a Vo-cre que seja vendido o terreno junto ao muro da quinta propriedade na Rua do Fort N.º 22 de Vila Nova de Cerveira.
O referido terreno é da Câmara Municipal como terreno comum vindo de Veziana Portugal gostaria obter este terreno para fazer alguns cultivos porque o terreno que agora tem é muito pequeno

Pede deferimento

V.N. Cerveira, 9 de Agosto de 20013

O (a) requerente,

Acácio Rolo Parente

- (1) Nome ou designação social.
(2) Indicar o respectivo documento: Bilhete de Identidade, passaporte ou outro.
(3) Proprietário, usufrutuário, locatário, titular do direito de uso e habitação, superficiário ou mandatário. R35

Cerie Nº 2845-
2013-08-09
E 130
[Handwritten signature]



Handwritten signature

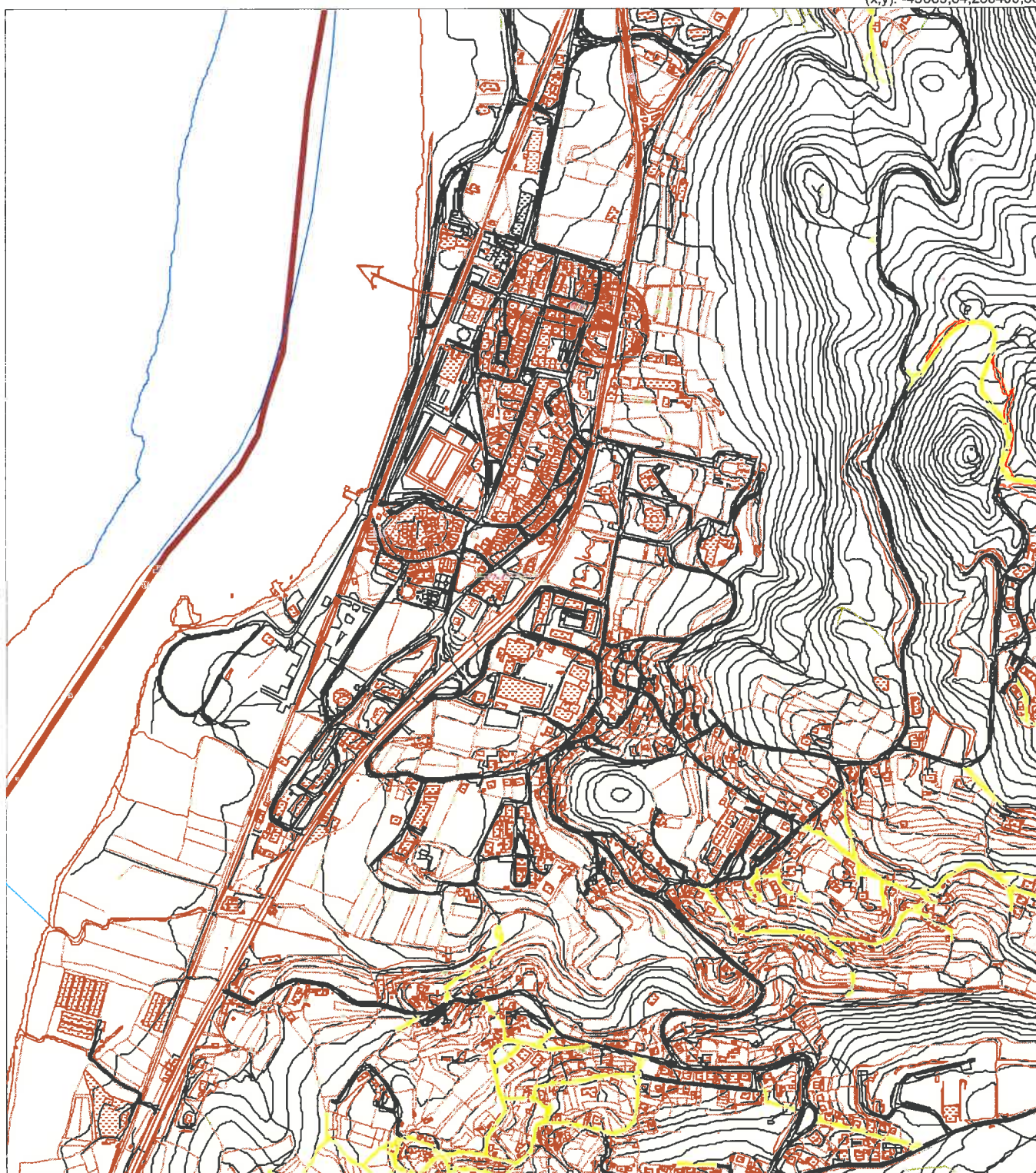
Município de Vila Nova de Cerveira

requerente:

ACACIO ROCHA PARENTE

freguesia:

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



(x,y): -51439,79;251405,52

planta n.º 2469

emitido em: 09-08-2013

escala: 1:10 000



Roteiro da correspondência recebida

Número	Tipo	Data Entrada	Tipo de Documento	Nº Doc.	Ref. Externa	Estado
6086 / 2013	Externo	12-08-2013	Requerimento	2079	/ 09-08-2013	Em Seguimento

Remetente Acácio Rocha Parente

Tema Assuntos para Reunião de Câmara

Assunto REQTº Nº 582/13-Solicita que a Camara Municipal lhe venda o terreno junto a sua propriedade-RSP Nº 132/13-

Registado por MFCASTRO / SAAUO - Administrativos

Nº	Data	Dep. Origem	Dep. Destino	Visto?	Resolução	Data	Utilizador	Resolu.	Dias
1	12-08-2013	SAAUO - Administrativos	SAAUO - Administrativos	S	Seguiu na Medidata com o requerimento nº582/13.	12-08-2013	MFCASTRO		0
2	13-08-2013	SAAUO - Administrativos	Presidente - Expediente	S	Para informar	16-08-2013	CARPINTEIRA		3
3	16-08-2013	Presidente - Expediente	DAFI - Chefe de Divisão	S	Antes de qualquer decisão deverá ser feita avaliação do terreno solicitado, pelo que o presente deverá ser encaminhado para a respetiva comissão.	16-08-2013	VPEREIRA		0
4	16-08-2013	DAFI - Chefe de Divisão	Vereador	S	A Comissão de Avaliação	16-08-2013	FMATIAS		0
5	16-08-2013	Vereador	SAAUO - Coordenador	S	A comissão de avaliação	19-08-2013	CVEIGA		1
6	19-08-2013	SAAUO - Coordenador	DOSM - Chefe de Divisão - SLOPES	S	Ao eng Roda para coordenar o processo de avaliação.	19-08-2013	SLOPES		0
7	19-08-2013	DOSM - Chefe de Divisão - SLOPE	Infraestruturas Básicas - RRODA	S	Venho, por este meio pedir, que se obtenha a implantação do terreno objeto de avaliação e a respetiva área. Estes elementos são imprescindíveis para a realização do relatório de avaliação.	10-10-2013	RRODA		38
8	10-10-2013	Infraestruturas Básicas - RRODA	Estudos e Projectos	S	planta anexada	30-10-2013	JMARTINS		14
9	30-10-2013	Estudos e Projectos	Infraestruturas Básicas - RRODA	S	Relativamente ao assunto em epígrafe junto envio o relatório de avaliação do imóvel	04-12-2013	RRODA		25
10	04-12-2013	Infraestruturas Básicas - RRODA	Vereador	S	Agradeço informação sobre o procedimento a seguir. O requerente pretende adquirir o terreno e suportar todas as despesas. Não há inconveniente na sua venda dada a pequena dimensão do terreno.	01-05-2014	V. Costa		106
11	01-05-2014	Vereador	DAFI - Chefe de Divisão	S	Dado que o terreno em questão apenas serve os interesses do requerente, o mesmo deverá ser submetido a Câmara Municipal para autorizar a respetiva venda.	02-05-2014	VPEREIRA		1
12	02-05-2014	DAFI - Chefe de Divisão	Vereador	S	Solicito preparação de processo para reunião de Câmara. Este assunto foi acompanhado por mim e pela Catarina, que poderá complementar a informação.	06-07-2014	V. Costa		45
13	06-07-2014	Vereador	DAFI - Chefe de Divisão	S	Solicito a respetiva documentação para reunião de Câmara	15-07-2014	VPEREIRA		6
14	15-07-2014	DAFI - Chefe de Divisão	Tesouraria	S	solicito os originais para ir a reunião de Câmara	09-09-2014	Catarina Pereira		40
15	09-09-2014	Tesouraria	SAAUO - Coordenador	N					

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

Imóvel:	Parcela de Terreno em domínio público próxima da Rua Martins Vicente, freguesia e concelho de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe
---------	---

Localização do Imóvel:

Rua:	Martins Vicente
Freguesia:	Vila Nova de Cerveira e Lovelhe
Concelho:	Vila Nova de Cerveira

Confrontações	
Norte:	Caminho de acesso
Sul:	Moradia
Nascente:	EN13
Poente:	Moradia

Características do Imóvel:

Natureza do Imóvel:	Terreno
Localização:	O imóvel situa-se junto à Rua Martins Vicente

Classificação	
Capacidade de manter o valor no tempo:	Boa
Facilidade de comercialização do imóvel:	Má

Características da Localização:

Zona:	Espaço Urbano
Enquadramento paisagístico:	Mau
Facilidade de estacionamento:	Razoável
Valor comercial da localização:	Bom
Tendência desenvolvimento urbanístico:	Zona estabilizada
Transportes públicos:	Razoáveis
Facilidade de acesso:	Razoável

AVALIAÇÃO

MÉTODO COMPARATIVO DE MERCADO

Descrição	Área		Val.unit		Val. Total	
Terreno	50 *	m ²	15,0**	€/m ²	750	€
TOTAL					750***	€

Nota * : Área pretendida pelo requerente assinalada na peça desenhada em anexo

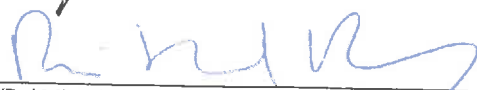
Nota **: O valor unitário foi estimado uma vez que não existe referência de mercado para terrenos urbanos sem capacidade de edificação.

VALOR DA AVALIAÇÃO : 750 € (Setecentos e cinquenta euros)

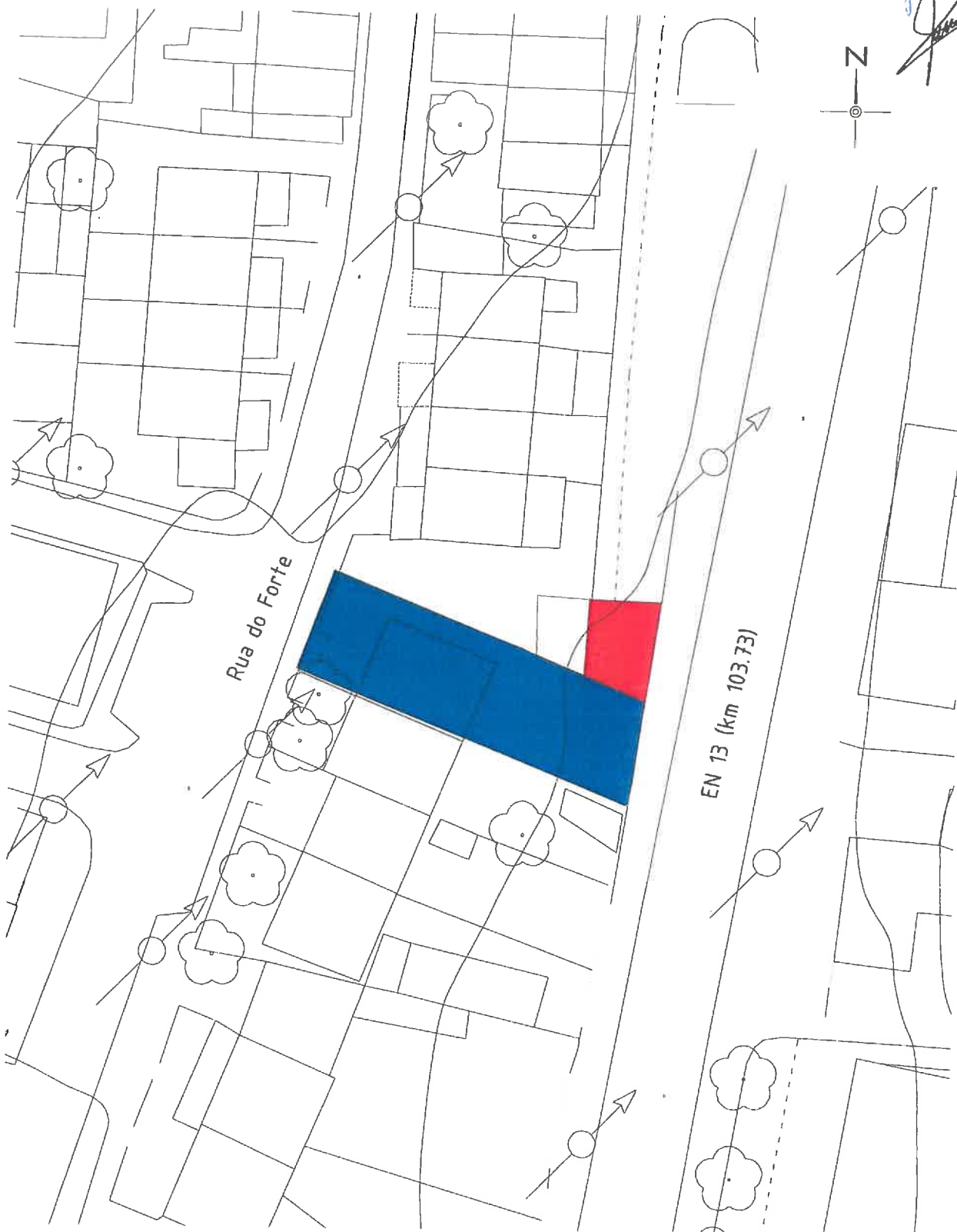
Vila Nova de Cerveira, 04 de Dezembro de 2013

A comissão de avaliação


(Sandro Renato Martins Lopes)


(Rui Miguel Bouços da Cunha Duarte Roda)


(Carlos Manuel Poço Ferreira)



- Terreno do requerente
- Terreno alvo do pedido - 50m²



Local Rua do Forte - Vila Nova de Cerveira		<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> P R O </div> gabinete de projecto	
Tipo de intervenção Estudo Prévio		O Técnico Jorge Martins	
Requerente Município de Vila Nova de Cerveira		Escala 1/500	Desenho 1
		Tipo de Desenho Planta Geral	
		Data out 2013	

Aurora 20/07/26
Wf.

Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Caras secretárias da Mesa

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal

Vereadora Aurora Viães

Vereador Vitor Costa

Colegas deputados municipais

Estimado público

Na última assembleia municipal realizada no pretérito dia catorze de Junho nas instalações do Colégio de Campos, foi proposta a criação de um grupo de trabalho para acompanhar o estudo sobre a alteração dos critérios de distribuição do Fundo Geral Municipal.

Foi proposto também integrar neste grupo de trabalho o tema do orçamento participativo. Aceitei de bom grado incluir-me neste grupo de trabalho.

A primeira reunião de trabalho realizou-se no dia quatro de Julho. Nesta reunião fui unanimemente incumbido de coordenar esta comissão.

Rapidamente metemos mão á obra. O grupo articulou-se, analisou alguns documentos, visitamos o portal da Câmara Municipal e detetamos a ausência de qualquer regulamento, normas ou carta de princípios sobre o orçamento participativo de Vila Nova de Cerveira.

Após mais três reuniões de trabalho, produzimos o primeiro projeto de regulamento do orçamento participativo.

Sublinho, o primeiro.

Caros colegas: este documento vai ser uma ferramenta de enorme transcendência para Vila Nova de Cerveira, na medida em que dá voz aos cerveirenses para decidir o destino de parte do orçamento da autarquia.

È um documento aberto, que se pretende que seja enriquecido ou eventualmente alterado com os vossos contributos. Temos essa responsabilidade e não podemos defraudar os cerveirenses que em nós confiaram.

O estudo elaborado pela Escola Secundária de Vila Nova de Cerveira sobre a alteração dos critérios de distribuição do Fundo Geral Municipal, não foi descurado pela comissão.

Acrescento: é um documento cuja paternidade nunca se colocou, não permitindo este órgão-assembleia municipal qualquer eventual colagem de outras instituições.

Após várias considerações e análises o grupo de trabalho deliberou propor á escola que melhorasse o documento através de contributos e colaborações de estudos de outras instituições, universidades, deputados do distrito entre outras.

Decidimos também que se assim a assembleia o deliberar e após esse aperfeiçoamento, o documento será enviado e difundido para todas as assembleias municipais do distrito, no sentido de receber novas contribuições, conferindo-lhe uma maior projeção, visibilidade e robustez.

Quero aqui publicamente referir a empenhada e valiosa colaboração do meu colega professor Luís Quarteu e do aluno Pedro Cancela quer na concepção do documento, quer nas reuniões.

Resta-me concluir, dizendo que o projecto de orçamento participativo não é seguramente de nenhuma força política ou grupo de cidadãos representados nesta assembleia, mas sim fruto do dedicado trabalho desta comissão.

Para a Cristina Cancela, para a Carla Segadães, para o Pedro Soares Presidente da Junta de Freguesia de Sopo, para o Presidente da Junta de Sapardos, Senhor Manuel Esteves e para o Carlos Bouça, técnico da Câmara Municipal, em nome de Cerveira, o meu muito obrigado.

Foi para mim muito enriquecedor trabalhar convosco.

Vila Nova de Cerveira, 26 de Setembro de 2014



Mário Luís Fernandes Afonso

Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de Vila Nova de Cerveira

(Este documento resultou do trabalho realizado pela comissão do orçamento participativo designada pela assembleia municipal. Como tal é provisório e pretende, essencialmente, dar um contributo para a definição do modelo a implementar)

PREÂMBULO

Os Orçamentos Participativos (OP) são símbolos da importância da participação dos cidadãos na sociedade democrática.

Neste âmbito, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira deseja reforçar a participação dos cidadãos nos processos de decisão municipal, promovendo uma sociedade civil forte e ativa na definição das prioridades governativas para o contínuo desenvolvimento da qualidade de vida no concelho.

Assim, pretende-se valorizar a função do Orçamento Participativo de efetiva ferramenta de gestão municipal, em que a população é chamada a decidir o destino de parte do orçamento da autarquia, recentrando a política nas pessoas e dando, desta forma, mais força às políticas de proximidade e mais responsabilidade aos Cerveirenses.

O Orçamento Participativo é, assim, um instrumento de participação dos munícipes na gestão da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, sendo que esta dinâmica visa contribuir para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais, assim como garantir uma efetiva correspondência entre as verdadeiras necessidades e as naturais aspirações da população, contribuindo, desse modo, para aprofundar a cidadania ativa e valorizar a democracia local.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Princípio

A adoção do Orçamento Participativo no Concelho de Vila Nova de Cerveira fundamenta-se nos valores da democracia participativa, constantes nos Art.ºs 2.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e pela alínea k) do n.º 1 do Art.º 33.º conjugado com a alínea g) do n.º 1 do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e Art.ºs 116.º, 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, consagrados como direitos inalienáveis e fundamentais.

Artigo 2.º Missão

1. O Município de Vila Nova de Cerveira, como forma de potenciar os valores da democracia e incentivar toda a comunidade na participação na gestão pública local, adota dois processos paralelos de Orçamento Participativo:
 - a) Orçamento Participativo Jovem ou (OPJ); e
 - b) Orçamento Participativo Geral ou (OPG).

Artigo 3.º Objetivos

1. Incentivar o diálogo entre os órgãos municipais, os cidadãos e a sociedade civil organizada, com vista a uma maior qualidade e aceitação das políticas públicas.
2. Fomentar a participação cívica, permitindo aos cidadãos aliar as suas preocupações pessoais ao bem comum, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação.
3. Adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, para melhorar a qualidade de vida no território concelhio.
4. Aumentar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia.

Artigo 4.º
Modelo de Participação

O Orçamento Participativo de Vila Nova de Cerveira assenta num modelo de participação de carácter deliberativo, segundo o qual os participantes podem apresentar propostas e decidir os projetos que considerem mais prioritários, até ao limite orçamental estipulado para o processo e desde que se enquadrem nas normas definidas no presente documento.

Artigo 5.º
Componente Orçamental

1. Ao Orçamento Participativo é atribuído um montante anual, a definir pelo órgão executivo, para financiar os projetos que os cidadãos elegerem como prioritários.
2. O Executivo compromete-se a cabimentar esses projetos na proposta de orçamento para o ano subsequente ao ano da eleição das propostas, a submeter à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.
3. Ao Orçamento Participativo Jovem é disponibilizada uma verba no valor de 10% do Orçamento Participativo Geral.

Artigo 6.º
Âmbito territorial

O Orçamento Participativo de Vila Nova de Cerveira abrange todo o território municipal.

CAPITULO II
FUNCIONAMENTO

Artigo 7.º
Preparação do Orçamento Participativo

O trabalho para a implementação do Orçamento Participativo, integra as seguintes componentes:

- a) Definição da metodologia;
- b) Constituição e formação da equipa interna da autarquia;
- c) Criação dos instrumentos de participação;
- d) Determinação do montante a atribuir ao OP;
- e) Definição dos princípios e regras do OP.

Artigo 8.º
Fases do Orçamento Participativo

O processo de Orçamento Participativo de Vila Nova de Cerveira rege-se pelas seguintes fases:

- a) Apresentação de propostas;
Os cidadãos apresentaram propostas no portal ou nas assembleias participativas;
- b) Análise técnica de propostas pelos serviços municipais;
As propostas serão objeto de uma análise técnica fundamentada pelos serviços municipais, que verificarão se são ou não elegíveis;
- c) Período de reclamações;
Os cidadãos podem reclamar no momento em que for publicada a lista provisória de projetos;
- d) Decisão sobre as reclamações;
A decisão das reclamações será apresentada por edital na Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e no portal eletrónico do OP;
- e) Divulgação da lista final de projetos;
A decisão lista final de projetos será apresentada por edital na Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e no portal eletrónico do OP e nas sedes das Juntas de Freguesia do Concelho;
- f) Votação;
Os cidadãos votam nos projetos. Os mais votados serão integrados na proposta de Orçamento e Plano de Atividades da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

§ Único – Em cada nova edição do Orçamento Participativo, a Câmara Municipal definirá previa e publicamente os meses e o período de duração de cada uma das fases do processo.

Artigo 9.º
Recolha de Propostas

O objetivo das Assembleias Participativas é o de promover a apresentação de propostas de investimento e favorecer a definição coletiva das prioridades através de um debate entre os participantes, consensualizando e elegendo as propostas que têm condições para prosseguir para a fase da análise técnica.

Artigo 10.º
Comissão de Análise Técnica

1. Após terem sido aceites as propostas, proceder-se-á na totalidade à análise técnica das mesmas.
2. Este trabalho é da responsabilidade da comissão de análise técnica, constituída:
 - a) Pelos técnicos municipais nomeados pelo coordenador do OP;
 - b) Por um elemento de cada partido político ou coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitos com representação na assembleia municipal, designados com o intuito de acompanhar todo o desenvolvimento do processo.
3. As propostas que reúnam as condições de elegibilidade, de acordo com os critérios definidos no Artigo 18.º, são transformadas em projetos que serão posteriormente colocados a votação, sendo excluídas as restantes.
4. Após a análise técnica, a Câmara Municipal tornará pública a lista dos projetos aprovados e das propostas excluídas, para que no prazo de 10 dias possam ser apresentados eventuais recursos.
5. Terminado este período é divulgada a lista final dos projetos que passam à fase de votação.

Artigo 11.º
Votação dos Projetos

1. A votação dos projetos finalistas será efetuada através de:
 - a) Meios digitais disponíveis, na plataforma do Orçamento Participativo criados para o efeito;
 - b) Presencial nos Paços do Concelho ou nas sedes das juntas de freguesia.

Artigo 12.º
Apresentação dos Resultados

Os projetos mais votados e cabimentáveis na verba atribuída para o Orçamento Participativo são incorporados na proposta de Orçamento do Executivo Municipal e serão apresentados em cerimónia pública oportunamente anunciada pelo município.

Artigo 13.º
Aprovação das normas do Orçamento Participativo

As normas do Orçamento Participativo são aprovadas pelos órgãos competentes, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, entre os meses de Novembro e Dezembro.

Artigo 14.º
Avaliação do Orçamento Participativo

1. Os resultados alcançados são objeto de avaliação por todos os participantes, a fim de confirmar a adesão ao mesmo, a dinâmica participativa, identificar problemas e aperfeiçoar progressivamente o regulamento;
2. Os resultados da avaliação são considerados na preparação do ciclo seguinte do Orçamento Participativo.

CAPITULO III
PARTICIPAÇÃO

Artigo 15.º
Participação

1. O processo de Orçamento Participativo de Vila Nova de Cerveira é aberto à participação de pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, naturais, residentes, trabalhadores ou estudantes no Concelho.
2. As propostas são apresentadas exclusivamente em nome individual e cada cidadão só poderá apresentar apenas uma proposta.

Artigo 16.º
Formas de Participação

As pessoas interessadas podem participar:

- a) Através da apresentação de propostas, nas Assembleias Participativas;
- b) Através da apresentação de propostas via internet no portal do Orçamento Participativo, em formato PDF e DWF;
- c) Aquando da fase de recurso, relativamente aos resultados apresentados após a fase de análise técnica;
- d) Na votação dos projetos, com direito a apenas um voto por pessoa;
- e) Na fase de avaliação do Orçamento Participativo, fazendo chegar à Câmara Municipal as suas ideias e sugestões;
- f) Em qualquer momento do processo, contactando diretamente a comissão do Orçamento Participativo através dos contactos disponibilizados.

Artigo 17.º
Assembleias Participativas

1. Os cidadãos poderão inscrever-se nas Assembleias Participativas através de correio eletrónico, nas Juntas de Freguesia ou na própria assembleia antes do início dos trabalhos.
2. As Assembleias Participativas podem realizar-se independentemente do número de participantes, sendo apenas espaços de esclarecimento, apresentação e discussão das propostas.
3. A ordem de trabalhos é composta pela apresentação do Modelo de Orçamento Participativo, seguida de debate, apresentação e eventual discussão pública de propostas apresentadas.
4. As Assembleias Participativas são dirigidas por elemento a designar pelo Presidente da Câmara Municipal e secretariadas por um técnico municipal que elabora a respetiva ata.
5. As Assembleias Participativas, marcadas para o efeito e abertas a todos os cidadãos da respetiva área de abrangência, são em local a definir.

CAPITULO IV
PROPOSTAS

Artigo 18.º
Apresentação de Propostas

1. São consideradas elegíveis as propostas que reúnam as seguintes condições:
 - a) Inserirem-se no quadro de competências e atribuições da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira;
 - b) Sejam suficientemente específicas, concretas e delimitadas no território municipal;
 - c) Constituam-se como um investimento;
 - d) Não excedam o montante previsional de 1/3 do OPg incluindo Iva à taxa legal em vigor;
 - e) Não ultrapassem os 12 meses de execução;
 - f) Serem compatíveis com outros projetos e planos municipais;
 - g) Serem realizadas em espaço público.
2. As propostas consideradas elegíveis são transformadas em projetos, com a indicação do respetivo orçamento e do prazo previsto para a sua execução.

Artigo 19.º
Áreas Temáticas Elegíveis

1. As propostas apresentadas pelos participantes têm ser elegíveis no âmbito das atribuições e competências das autarquias locais.
2. Anualmente a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, indicará quais as áreas preferenciais para apresentação de propostas.

CAPITULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 20.º

Prestação de Contas

De acordo com o princípio de transparência, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira garante uma regular prestação de contas relativamente às diferentes fases do processo, assim como à execução dos projetos aprovados no âmbito do Orçamento Participativo.

Artigo 21.º

Coordenação

A coordenação do Orçamento Participativo está a cargo do Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competências delegadas.

Artigo 22.º

Casos Omissos

As omissões ou dúvidas surgidas na interpretação das presentes normas de participação serão resolvidas pontualmente no âmbito da coordenação do Orçamento Participativo, dando conhecimento das mesmas à Câmara Municipal.

Artigo 23.º

Revisão das Normas de Participação

As presentes normas são revistas em função dos resultados da avaliação realizada nos termos do artigo 14º.

Assembleia Municipal



Ficha de Inscrição para uso da palavra

Artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira (participação do público)

1. As sessões da assembleia são públicas, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir, até ao limite da capacidade da sala.
2. Na sala das sessões haverá lugares para o público, demarcados dos que são destinados aos membros da assembleia e aos vereadores.
3. A nenhum cidadão é permitido interromper os trabalhos das sessões ou perturbar a ordem.
4. Encerrada a ordem do dia haverá um período de trinta minutos reservado à intervenção do público e destinado apenas à **prestação de esclarecimentos**, para o que será concedida a palavra pelo presidente da mesa, mediante prévia **inscrição** dos interessados, **referindo nome, morada e assunto a tratar**, por um período individual que não poderá exceder cinco minutos.
5. Na sessão do mês de abril, o período referido no número anterior terá lugar antes da ordem do dia.
6. As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

(usar letras MAIÚSCULAS, por favor)

Nome:	CANDIDO MAGALHÃES Malheiro
Morada:	Lourelhe
Código Postal e Localidade:	4920-080
Assunto a Tratar:	Proteção Civil nomeação do seu Comandante